

Curso Online de Filosofia

OLAVO DE CARVALHO

Aula 03
04 de abril de 2009

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso de Filosofia Online.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor não cite nem divulgue este material.

Parte 01: COF20090404-01

Muito bem, boa tarde a todos. Estamos aqui novamente.

Eu não recebi todos os necrológios, mas li vários daqueles que recebi. Acho que todo mundo pegou mais ou menos o espírito da coisa.

Esse tipo de avaliação do seu modelo ideal, ou seja, de quem você quer chegar a ser, vai ter de ser feito periodicamente: de tempos em tempos você terá de ver o itinerário percorrido e ver se você se aproximou ou se afastou do que você quer ser, ou se a sua concepção do modelo mudou.

Sem essa idéia de quem você quer chegar a ser, você não tem nenhum princípio de moralidade pelo qual possa julgar os seus atos, porque um dos principais problemas da moralidade humana é, tal como enunciado por São Tomás de Aquino, o seguinte: toda e qualquer regra moral é genérica e universal, e toda situação humana é concreta e particular. A transição entre uma coisa e outra não é fácil, porque implica a categorização e a classificação daquele ato e daquela situação em particular dentro do sistema geral dos valores e normas morais. O caminho que vai desde uma situação concreta e particular até uma regra geral é imenso, complicadíssimo, cheio de percalços, e as possibilidades de erros são enormes.

Por exemplo, o segundo mandamento: “Ama a teu próximo como a ti mesmo.” Em primeiro lugar, quem é o próximo? Todas as pessoas são o próximo? Em segundo, o que quer dizer “como a ti mesmo”? Você tem certeza de que você se acertou com relação a você mesmo, no sentido de entender se esse “amar a si mesmo” é um amor-próprio, no sentido em que falava Santo Agostinho, ou se é uma outra coisa?

Santo Agostinho opõe o amor-próprio (*amor sui*) ao amor de Deus (*amor Dei*). Mas se o amor-próprio é oposto ao amor de Deus, como pode haver um mandamento de que eu deva amar ao meu próximo como a mim mesmo? Aí você já vê que essas expressões, aparentemente tão simples, têm vários andares. Uma expressão simples como “amar a teu próximo” pode ser bastante complicada.

Eric Voegelin definia como fundamentalista (termo ao qual ele dava um sentido bastante negativo) o sujeito que acredita em frases, independentemente do que elas queiram dizer. O mundo está cheio de pessoas assim – que acreditam em frases e estão dispostas a matar e a morrer por elas. Mas a distância que vai entre as palavras e a realidade é bem grande, e, se você não tem idéia de *a que* aquelas palavras estão se referindo *na realidade*, então as palavras se tornam fetiches.

Por exemplo, o sujeito decide cumprir o mandamento “honrar pai e mãe”, e pensa: “Minha mãe tinha um puteiro, portanto eu tenho de honrar a minha mãe, administrando corretamente o puteiro.” Está certo? Não. Então, isso está lhe indicando que a frase não tem qualquer e primeiro sentido que lhe ocorra. Ela precisa ser “descascada” para as várias situações humanas.

Do mesmo modo, quando o sujeito afirma: “Creio em Deus-Pai”. Se você acredita nisso sem perguntar o que quer dizer “crer”, “Deus” e “Pai” – isto é, qual é o sentido, qual é a intenção com que isto está sendo dito – e aceita a frase sem mais nem menos, você é realmente um fundamentalista.

O fundamentalismo, no sentido que o Eric Voegelin dá ao termo, é uma das características mais permanentes da nossa cultura. Praticamente, nós estamos discutindo com pessoas fundamentalistas o tempo todo. Elas se apegam a determinadas frases, sentenças, palavras, e se ofendem mortalmente com o que quer que pareça oferecer perigo para esses símbolos tão queridos – como, por exemplo, a palavra “democracia”.

Ontem mesmo eu estava lendo um artigo em que um sujeito dizia que “a democracia, ou é integral, ou é uma farsa”; não pode haver uma “meia democracia”, não pode haver gradação de democracia; a democracia tem de ser “absoluta”, “integral”, “pura”.

Como nós definiríamos uma “democracia pura”? O que é uma “democracia integral”?

Para saber o que é uma democracia integral, primeiro você precisaria saber o que é uma democracia (para uma coisa poder ser integral ou parcial, ela tem de ser *algo*; o “integral” introduz aí um elemento quantitativo). Antes de quantificar uma noção, é preciso defini-la de forma clara – e não basta uma definição verbal; tem de ser uma definição enunciada em termos tais, que te permita reconhecer o objeto quando ele se apresenta (e note que reconhecer uma democracia é um pouco mais difícil que reconhecer uma vaca, um elefante, uma caixa de fósforos, assim por diante). Então você precisa ter, não só uma definição verbal, mas os critérios de reconhecimento da coisa.

Isso quer dizer que algumas pessoas, quando usam a palavra “democracia”, a estão usando no sentido cheio: aquilo está preenchido de significado e referências ao mundo real, à experiência histórica etc.; e outras a usam como se fosse um fetiche platônico. Você pode ter certeza de que 99,999% dos “adeptos da democracia” estão cultuando um fetiche platônico. Ou seja, não têm a menor idéia do que é a democracia, porque jamais tentaram quebrar a palavra para ver qual é o conteúdo fático, qual é a referência que aquilo tem à experiência real.

Como é que nós sabemos se a pessoa está usando a palavra como um fetiche platônico ou com sentido? Você tem de pegar o contexto no qual o sujeito está usando aquela palavra, o modo como ele a usa, e ver se aquela palavra, usada daquele jeito, pode ser traduzida em termos fáticos ou não. O sujeito que diz “democracia integral” não sabe do que está falando, porque essa expressão não pode ser traduzida em elementos de experiência correspondente. Ela não pode sequer ser definida logicamente!

Por quê? Porque a idéia de democracia, tal como se desenvolveu ao longo dos últimos três ou quatro séculos, com toda a fileira dos teóricos da democracia, que começa com John Locke e vem até John Rawls, é sempre uma idéia de equilíbrio de poderes, o que supõe que esses poderes existem e que, em si mesmos, não são democráticos. Isso é absolutamente fundamental. Se na composição do Estado há um poder executivo, um poder judiciário e um poder legislativo, é o equilíbrio entre eles que forma a democracia. Nenhum deles, isoladamente, pode ser considerado democrático. Se você retirar os outros dois, o poder que sobra se exerce discricionariamente.

Por exemplo: se não há um poder legislativo, não existem leis, e o juiz, quando vai dar a sentença,

inventa a lei – ele não está limitado por um poder legislativo. Do mesmo modo, o poder legislativo está limitado pela existência do poder judiciário – o legislativo não pode interferir na liberdade de julgamento dos juízes. Se você fizer abstração do poder judiciário, o legislativo se torna automaticamente antidemocrático.

É claro que estou usando aqui somente os poderes consignados pela maioria das constituições. Mas existem outros poderes que não estão consignados: a cultura, a Igreja, os grupos de pressão, as grandes fortunas, os sindicatos etc. Tudo isso faz parte do jogo democrático. [00:10] O que caracteriza a democracia é a busca de equilíbrio entre todos esses poderes, a busca de uma compensação de modo que nenhum poder “coma” os outros.

Isso significa que a democracia é baseada numa idéia de proporcionalidade. Ora, pode haver uma proporcionalidade integral? A própria expressão é logicamente impossível de definir! Proporcionalidade integral não quer dizer nada: seria 1 sobre 1 igual a 1 sobre 1 – mas isso não é proporcionalidade, é igualdade. Assim, eliminaríamos a noção de proporcionalidade e teríamos a igualdade. Mas isso é a definição do totalitarismo, no qual não há a compensação mútua entre seus vários poderes pois, só há um poder. Se nós abolirmos a diferença entre os termos de uma equação, não haverá mais equação, mas apenas uma unidade.

O conceito de democracia integral expressa apenas um *flatus vocis*, uma coisa que não quer dizer nada, que não corresponde a nada – nem no plano dos fatos e nem mesmo no plano conceitual lógico. No entanto, aparece um sujeito que acredita em democracia integral – acredita, ama, tem sentimentos em relação àquilo. E ele julga as situações com base nesse conceito de democracia, nessa palavra “democracia integral”.

Isso é o que o Voegelin chamava de fundamentalismo: é pegar um fetiche verbal (que não quer dizer absolutamente nada, nem na esfera fática, nem na pura esfera lógica) e tomar posição em relação àquilo, usar aquilo como um critério para julgar as situações. Isso é fundamentalismo. Com essa breve explicação do conceito voegeliniano para fundamentalismo, acho que vocês entenderam que estão rodeados de fundamentalistas por todos os lados. Fundamentalista é o sujeito que acredita numa frase, independentemente do que ela queira dizer – é a frase em si.

O exercício do necrológio subentende que você vai alcançar um modelo de conduta que será o seu critério para julgar os seus próprios atos. Esse modelo tem de ser personalizado, porque, como dizia São Tomás de Aquino, as regras morais são todas genéricas e universais, e as situações concretas são todas individuais – e não há salto direto entre uma coisa e a outra. Você não pode partir do conceito genérico de um ente para daí deduzir as situações concretas por ele vividas. Se fosse possível fazer isso, não existiria o mundo dos fatos; existiria somente o mundo das regras lógicas.

A relação que existe entre o mundo da lógica e o mundo da experiência será um dos temas recorrentes deste curso, porque a habilidade filosófica (a técnica filosófica) consiste justamente em saber fazer as mediações: saber quais são as categorias, quais são os termos apropriados, quais são as perguntas cabíveis e as perguntas não cabíveis. Toda a técnica filosófica consiste nisso. Não se trata de uma “arte de pensar”, porque pensar você sabe espontaneamente. Também não se trata de “perceber a realidade”, porque isso você também sabe fazer. O problema é a articulação entre essas duas coisas: é como *pensar a realidade*, e não pensar uma coisa qualquer.

Sem esse exercício constante de retroagir dos pensamentos à realidade, você se torna, evidentemente, um fundamentalista, não mais fazendo questão de que as frases nas quais você diz acreditar correspondam a algo *na realidade*. Você toma as frases como tais – como frases – e se apegas a elas. É

claro que isso é de uma irracionalidade total, mas é a norma em praticamente todas as discussões públicas hoje em dia. Raramente aparece alguém que tem consciência de que os termos que ele está usando (que podem ter sido tirados da política da economia, da religião etc.) devem ser traduzíveis em termos de uma experiência reconhecível – por ele mesmo, em primeiro lugar, e pelo seu ouvinte, em segundo lugar.

Esse exercício mostra o seguinte: se você tomar os dez mandamentos e decidir cumpri-los, você estará completamente desorientado do ponto de vista moral, porque só terá as normas universais, sem saber o que fazer em nenhuma situação concreta. Pior ainda, as normas universais podem começar a servir de fetiches: você passa a alegá-las como uma justificação da sua própria conduta, sem saber se essa conduta se encaixa efetivamente naquelas normas, ou não.

O abismo entre a experiência pessoal, real, e os esquemas gerais (os conceitos gerais, as sentenças gerais que usamos para raciocinar sobre ela) é a constante hoje em dia. Isso denota, evidentemente, uma situação de barbarismo e irracionalidade, onde todas as discussões (sem exceção) são inúteis, porque jamais se referem ao que quer que seja. É o “cambalache”, a troca de coisas que não valem nada por outras que também não valem nada. É trocar palavras por palavras.

Essas palavras, freqüentemente, embora não tenham sentido fático nenhum (não se refiram a nada), servem de emblemas de atitudes pessoais: o sujeito acha que falar certas coisas (ou certas frases) o qualifica como uma pessoa boa, decente, respeitável; ao passo que falar outras frases o qualifica como maligno, perverso – um réprobo, em suma. Então, as palavras são usadas como emblemas pessoais, como se o sujeito grudasse uns distintivos no corpo.

Afinal, quando o camarada diz que acredita em “democracia integral”, o que ele está querendo dizer? “Democracia é um negócio bom, e, se for integral, é melhor ainda! Então eu, como sou um crente em democracia integral, sou melhor do que você, que só acredita em democracia parcial.” Daí você tem de explicar para ele que, por definição, toda democracia é parcial. A democracia integral não é concebível, porque um sistema de equilíbrios e de proporcionalidade mútua jamais pode ser “integral”.

Prova disso é que faz parte da democracia a existência de três poderes, inclusive o poder legislativo. E o que faz o poder legislativo? Ele legisla, ou seja, cria novas leis. Se é necessário criar novas leis, isso significa que o estado de equilíbrio não foi atingido. Ora, a existência permanente do poder legislativo é uma das condições da democracia! Ou seja, uma das condições básicas da democracia é que ela não atinja o estado de equilíbrio no qual ela possa ser dita “integral”.

Note que eu não estou analisando nenhuma democracia historicamente existente; não estou nem chegando aí. Estou apenas pegando um termo e procurando extrair dele o conteúdo lógico possível. “Democracia integral” é um termo que nem conteúdo lógico pode ter; quanto mais um conteúdo fático.

Há coisas que têm um conteúdo lógico identificável, mas não correspondem a nada na experiência. Por exemplo, se eu digo: “O dragão verde com bolinhas cor de rosa, que fala alemão”. É um conceito muito claro – logicamente, não há contradição alguma. Só que isso é contraditório, não com a lógica (não com ele próprio) [00:20], mas com a realidade.

Já o conceito de “democracia integral” é contraditório com ele mesmo: não pode ser enunciado logicamente. Ora, como um termo que não pode ser enunciado logicamente pode servir como objeto de crença, de amor, de afeição, de valores? Pode, pelo seguinte: aquilo não representa nada no mundo exterior, mas qualidades que o indivíduo está atribuindo a si mesmo. Quando ele fala “democracia integral”, ele quer dizer: “Olha como eu sou bacana.” É só isso que ele está dizendo.

Se querem saber quem foi o infeliz que usou isso, foi um tal de Alberto Dines, que escreveu um artigo a respeito. Mas eu não peguei o Alberto Dines apenas por ser ele; basta abrir o jornal para encontrar, em cada página, cinquenta exemplos de fundamentalismo, nessa acepção técnica que o Eric Voegelin dá ao termo. Eu nem sei se fundamentalismo seria o termo mais adequado para qualificar isso, mas é o termo que o Voegelin improvisou, e que não designa o fundamentalismo no sentido em que a mídia usa, por exemplo.

Em média, as pessoas entenderam perfeitamente esse exercício do necrológio. Hoje eu vou passar um outro exercício, que não é para ser feito ciclicamente: é para fazer todo dia. Todo dia, toda hora.

O necrológio é um instrumento de auto mensuração, pelo qual você mede a distância que você está de você mesmo, e cruza isso com a sua situação real, vivida no presente. Quer dizer: “Eu queria ser uma pessoa assim e assim. Não consegui. Estou sendo uma outra coisa, dentro de uma situação 'x', que me impõe tais ou quais limitações, ao mesmo tempo em que eu, com as minhas limitações intrínsecas, estou modificando a situação de tal maneira.” Então você formará uma equação entre seu “eu ideal” e o seu “eu atual”, e a situação ideal e a atual. Essa equação estará sempre mudando.

O exercício que eu vou passar hoje é para permitir que você atualize o estado de consciência necessário para que o necrológio não seja só uma especulação verbal, mas restaure em você o estado de consciência no qual você o fez na primeira vez (se é que o fez no estado de consciência adequado, com verdadeira sinceridade, com verdadeira clareza, e bem situado dentro da sua realidade).

Mas antes disso eu vou tentar responder aqui algumas perguntas.

Aluno: O senhor tem falado sobre tornarmo-nos testemunhas fidedignas da nossa própria experiência. É este o momento de falarmos sobre a interpretação do texto escrito? Na faculdade de direito, ouvi um professor de filosofia dizer que: “Extrair sentido de um texto é o mesmo que extrair sentido de uma garrafa. O leitor antes atribui sentido ao texto.” Essa afirmação não me convenceu. Em que medida a experiência que temos das coisas se diferencia da experiência que temos do contato com o texto escrito?

Olavo: Muito bem, em primeiro lugar, não é preciso dizer que esse professor é uma besta quadrada. Tão logo ele disse isso – “nós não captamos sentido nas coisas; nós atribuímos sentido a elas” –, você tinha de ter perguntado: “Mas professor, o sr. quer que eu *capte* algum sentido no que o sr. falou, ou que eu *atribua* algum sentido?” Se os textos escritos, a fala humana, não têm sentido nenhum, mas o ouvinte é que atribui, então você pode projetar sobre o que o professor está falando o sentido que você quiser – a menos que ele demonstre que a fala dele é uma exceção a essa regra geral, ou seja: “Todas as frases não têm sentido algum, é o ouvinte que projeta; exceto esta minha, que já vem com um sentido pronto.”

Daí você pergunta: “Por quê, professor? O que é que essa sua fala tem de tão privilegiado, que ela vem com o sentido *dela*, em vez de eu poder projetar um sentido a meu modo? Já que o sr. diz que todas as palavras, tudo o que é escrito, não tem sentido algum, e o ouvinte é que o projeta...”

Em segundo lugar, temos um problema maior ainda. Quando você projeta o sentido, esse sentido por sua vez tem sentido, ou tem de haver um outro sentido que é projetado nele?

Por exemplo, eu li que a zebra é um animal listrado, mas eu quero entender que a zebra é um animal xadrez, e digo para mim mesmo: “A zebra é um animal xadrez.” Muito bem. Mas isso tem algum sentido, ou posso projetar algum outro nele? Eu posso entender, por exemplo, que ser um animal xadrez é ser um animal com bolinhas. E assim por diante.

Quer dizer, isso é de uma tal estupidez que, quando o sujeito diz isso, você tem de dizer: “Cala a boca, burro! Você não pensou um segundo no que está falando! Você ouviu uma frase – ouviu falar de um negócio chamado estética de recepção, desconstrucionismo ou algo assim –, ouviu alguém dizer isso e se apegou a essa frase, sem examiná-la por um único minuto para ver o que ela pode querer dizer.”

É claro que, quem quer que diga, ou escreva alguma coisa, não espera que o outro apreenda *exatamente* o que ela quis dizer. O ouvinte pode introduzir uma ligeira modificação de nuance. Mas acontece que, se o ouvinte (ou leitor) não pode captar, com toda a exatidão, aquilo que foi dito ou escrito, por sua vez o sujeito que escreve e diz também não pode se *expressar* com toda a exatidão. Portanto, toda expressão já vem com um certo coeficiente de arranjo, de modo que as várias alterações se compensem. Isso é automático na linguagem.

Por exemplo, se eu falo a palavra “mãe”, eu sei que o ouvinte não está tomando como exemplo fundamental de mãe a minha mãe, porém a sua própria. Não é normal? Mas eu mesmo já sei disso. Essa compensação já está dada no próprio tecido da linguagem e não precisa ser feita de maneira consciente e deliberada, porque ela se faz sozinha.

Mas, de pequenos desvios, pequenos desacertos que possa haver na comunicação, alguns camaradas já deduzem que sempre está tudo errado: o que quer que você diga jamais será captado como tal, mas o ouvinte vai projetar uma outra coisa. Se é assim, como é que o ouvinte vai saber o que ele mesmo projetou? Coitado do ouvinte. Você disse: “A zebra é um animal listrado.” Ele ouviu: “A zebra é um animal xadrez.” Tão logo você disse isso, ele escreve. E quando ele vai ler? Tem algum sentido ali ou ele vai ter de projetar um novo?

Vocês estão entendendo? Esse negócio é cômico. É patético, na verdade! É uma coisa de um psicastênico, de um mongolóide, de um idiota que fica repetindo frases que ele nunca examinou e nem tem a condição de examinar.

O problema é que essas pessoas estão sendo aceitas, em números cada vez maiores, como professores universitários, e vocês, que são alunos, aceitam isso. Vocês querem fazer o exame e querem que este idiota os aprove, submetendo-se ao julgamento de um imbecil. Vocês não estão percebendo que isto não é uma situação normal de ensino. Professores ruins, semi-cultos, sempre existiram. Mas acontece que, hoje, o negócio ficou epidêmico. No meu tempo, a taxa de professores incompetentes era 30%, 40%, no máximo; se passasse disso, você ficaria alarmado. Hoje em dia, é obrigatório você ser incompetente, é obrigatório falar essas coisas. E aí dizem que “temos de fazer um arranjo.” Ora, você não tem de fazer arranjo nenhum; não tem de se adaptar a essa situação jamais! Tem de quebrar essa situação! [00:30] Como lidar com um animal desses? Desmascare-o, prove que ele é um incompetente. Ele ficará morrendo de medo de você e lhe dará 10 até o fim do curso, para você ficar quieto. É a única maneira de lidar com isso. Não tente agradá-lo, não tente se adaptar a isso, porque você vai se dar muito mal. Quanto mais você fizer isso, mais o sujeito irá oprimir-lo e boicotá-lo. Alguém que acredite num treco desses é evidentemente um doente mental, uma pessoa desqualificada. Um ser humano normal não pode acreditar nisso um único segundo.

Vejam bem, quando ele diz: “Extraír sentido de um texto é o mesmo que extraír sentido de uma garrafa.” Como se extraír sentido de uma garrafa fosse algo totalmente absurdo! Se você não extraír sentido de uma garrafa, você não saberá usá-la, meu filho. Por exemplo, aqui eu tenho uma garrafa térmica e uma garrafa de Coca-Cola. A *forma* delas mostra um significado, que é o uso que o fabricante espera que você faça daquilo. Ou seja, a forma visível de um objeto transmite seu significado. Um sujeito que nunca tenha visto uma garrafa térmica pode vê-la, mas não captará o seu significado – ele não saberá que aquilo não é uma garrafa como qualquer outra, mas que foi feita para, não somente

conservar o líquido, como também sua temperatura – ao passo que outras garrafas conservam certas qualidades do líquido, mas não a temperatura. A garrafa de Coca-Cola conserva o líquido e o gás, impedindo que se evapore. Ela foi feita para isso; a outra garrafa, não. A garrafa térmica tem de ter uma superfície interna de tal qualidade que faça com que o calor que saia do líquido volte para o líquido. Nós sabemos disso, estamos acostumados com isso. Uma pessoa de uma tribo recém-descoberta no deserto, que nunca viu esse negócio, verá o objeto, mas não captará o seu significado. Ou seja, cada vez que você usa uma garrafa, você está extraíndo significado dela. Agora, se o sujeito não sabe nem que uma garrafa tem significado, como vai saber que um texto tem significado?

No entanto vocês consentem em chamar esses indivíduos de professor e em fazer trabalhos que eles vão julgar. Meus filhos, depois de um tempo de treinamento aqui, vocês vão entender que essas pessoas não têm autoridade nenhuma, e que se submeter a elas por cinco minutos é um pecado mortal de desonra à inteligência: é prostituir a inteligência humana, prostituir a alta cultura, por uma exigência disciplinar boboca feita por alguém também idiota.

Vocês não podem aceitar isso jamais, essas pessoas têm de ser desmascaradas. Isso funciona, vários alunos meus já fizeram isso. Talvez você não consiga fazer isso agora, mas treine mais um pouco e você vai conseguir. Desmascare o sujeito, prove para ele que ele é um jumento, que ele não sabe nada, e ele vai ficar morrendo de medo e irá tratar você bem o resto da sua vida. Você vai ter 10 o curso inteiro. É a única maneira de lidar com essas pessoas. Então, está aí o meu conselho para você, que fez a pergunta: esqueça esse professor idiota.

Aluno: Gostaria de saber em que momento você tomou consciência que poderia colocar em prática os testemunhos solitários extraídos, por exemplo, da obra deixada por Aristóteles.

Olavo: Essa questão do testemunho solitário chamou minha atenção desde muito pequeno – desde a primeira vez que eu menti. Eu sabia que o único que sabia a verdade naquele caso era eu. Os outros poderiam pegar indícios (uma aparência de contradição, uma desconformidade qualquer), poderiam suspeitar que era mentira, mas o único que sabia que era mentira era eu. Nessa hora eu vi a minha responsabilidade. Se eu quisesse enganar todo mundo com relação a certos fatos que só eu presenciei, eu poderia. O que me impede de fazer isso? Um senso de lealdade que eu tenho para com o próximo. Mas deste senso de lealdade quem é testemunha? Só eu mesmo.

Então, logo começou a me ocorrer a idéia de que o testemunho é algo fundamental em todo o conhecimento humano. Da totalidade das informações que você recebe – do jornal, das conversas do dia-a-dia, daquilo que você lê, da televisão, do cinema –, quanto você pode verificar pessoalmente? Quase nada. Isso quer dizer que o conjunto dos intercâmbios de conhecimento possível se baseia completamente na confiabilidade do testemunho. Eis aí por que a mentira nestes casos é um crime. O sujeito que falseia o resultado de uma pesquisa científica é um criminoso; daí podem resultar danos imensos à humanidade, e, até que se descubra onde está o erro, os danos já podem ter se propagado muito.

Por exemplo, nos Estados Unidos é quase impossível encontrar estatísticas de iatrogenia (mortes e doenças causadas pela prática médica). Você acha casos separados. Sabemos que só de infecção hospitalar, nos EUA, morrem 200.000 pessoas por ano, e infecção hospitalar é uma dentre mil causas de iatrogenia. Quando você começa a somar isso, você percebe que é uma grandeza. A responsabilidade da classe médica é imensa, os erros deles não ficam só no “blá-blá-blá” – têm efeitos imediatos.

Agora, quantas pessoas estão sendo despejadas na rua com um diploma de medicina? Milhões. Entregar um diploma de medicina para o sujeito é como entregar uma arma, só que é uma arma invisível. Quantos desses milhões de médicos têm uma consciência clara de suas limitações e de todo o dever inerente à sua profissão? É uma fração mínima.

Mais ainda, a educação que eles recebem na faculdade enfatiza o imenso dever moral da profissão? É claro que não. Nós sabemos que, por exemplo, quando o médico faz estágio num hospital, ele passa antes por um treinamento de dessensibilização para com o sofrimento humano. Tenho uma amiga que viu chegar um sujeito com a cabeça rachada e o chefe disse para ela tratá-lo sem anestesia. Por quê? Porque o paciente precisava sofrer? Não. Porque ela, como estudante, precisava aprender a não ligar para o sofrimento alheio. Está certo que você tem de se dessensibilizar, se não você não vai agüentar. Mas essa dessensibilização é meramente instrumental ou se incorpora no sujeito como traço pessoal? E por que tem de aprender isso com cobaia humana? Se fosse meu professor, eu diria: “Está bom. Se vou ser dessensibilizado, eu vou bater em você e não vou nem ligar para o seu sofrimento. Agora, o rapaz que chegou com a cabeça rachada não foi contratado para isso. Ele não é meu professor de dessensibilização; meu professor de dessensibilização é você, então quem tem de apanhar é você!”

Isso quer dizer que uma boa parte da educação médica é inoculação de uma mentalidade francamente imoral. Além disso, ainda tem o *peer pressure*, a pressão dos colegas, a interproteção mafiosa e, ao mesmo tempo, [00:40] as exigências que o grupo faz para que você seja aceito. Nós estamos dando diploma de medicina para todos esses caras, mas quem são eles?

Claro que, na medicina, pouco ou nada nós podemos fazer contra essas coisas. Porém, podemos fazer dentro da *nostra* atividade, que é, no fim das contas, tão perigosa quanto a medicina. Os efeitos da filosofia não são imediatamente visíveis, mas, a longo prazo, são muito piores do que os da medicina. Nenhum erro médico matou cem milhões de pessoas, como o comunismo matou. O comunismo e o nazismo foram invenções de filósofos. Essa é uma profissão muitíssimo perigosa – para os outros; o filósofo geralmente se sai bem, mesmo inventado essas porcarias.

Nós não vamos fazer isto. Nós vamos fazer uma espécie de juramento de Hipócrates: vamos nos ater ao máximo de honestidade que nós pudermos, também sabendo que não existe a “honestidade integral”. A honestidade intelectual tem de ser proporcional à situação. Só que esse padrão de honestidade tem de ser exigido *sempre*, e não de vez em quando.

Hoje em dia, no meio acadêmico, acredita-se muito no “julgamento pelos pares” (*revision by peer*). Você tem uma idéia, escreve algo, e seus colegas têm de examinar aquilo, submeter o que você disse a um massacre crítico. Se não passar por isso, não é considerado academicamente aceitável. Mas isso não adianta nada, porque quem tem de julgar o trabalho, em primeiro lugar, é você mesmo. Se você não for capaz de julgar seu próprio trabalho, quem lhe garante que todos esses pares que estão examinando seu trabalho científico o fizeram com idoneidade? Multiplicar o número de palpiteiros não aumenta o coeficiente de honestidade; é apenas um raciocínio probabilístico: se tem um monte de gente examinando, provavelmente o coeficiente de desonestidade diminui. Mas uma coisa não prova a outra, absolutamente. Se um narcotraficante é honesto, cem mil narcotraficantes juntos serão mais honestos? Um número jamais poderá compensar a falta da consciência moral.

Você tem de se acostumar com esta idéia do testemunho solitário: saber que algo é verdade, porque você, e somente você, viu. Portanto, se você quiser mentir, nada o impedirá, você tem todos os instrumentos para isso. Lembre-se disto: você *pode* mentir. Se você acredita na “veracidade instintiva”,

já começou mentindo, porque nenhum de nós tem veracidade instintiva. Nós temos o apelo da veracidade e o apelo da mendacidade quase nas mesmas proporções.

O meu pai, que era advogado, dizia o seguinte: “Raramente o juiz é parcial em favor de uma das partes, mas ele é sempre parcial em favor de si mesmo.” Quer dizer, a preocupação número um do juiz é “tirar da seringa”. Isso aí já distorce todo o julgamento. Se ele puder dar uma sentença inócua, ele dará, porque sentença inócua não tem conseqüências. Se ele puder dar uma sentença baseada apenas num formalismo jurídico qualquer, sem ter de entrar na matéria do processo, ele o fará. Ou seja, há milhões de processos sendo decididos por fatores que não têm nada a ver com matéria que eles estão discutindo. A totalidade do efeito disso é monstruosa, é um coeficiente de desonestidade imenso. As pessoas levam questões dramáticas para a Justiça, e essas questões acabam sendo decididas por meio de um método de desconversa. Isso acontece todos os dias. O que pode impedir o juiz de fazer isso? Nada. Ninguém pode impedir. A pressão dos pares é para que ele faça justamente isto. O juiz está querendo “tirar o dele da reta”, o vizinho também está, e o outro, e o outro... Cada um que “tira da reta”, que decide por meio de fatores meramente formais e inócuos, tem o apoio dos seus pares, que também querem garantir o seu direito de fazer a mesma coisa amanhã ou depois. A comunidade dos juízes não está interessada nem em favorecer a acusação, nem a defesa; está interessada em favorecer a si própria. É uma coisa terrível.

Se você somar o coeficiente de vigarice em circulação numa sociedade como a nossa, você ficará aterrorizado. Nós não estamos aqui para corrigir todas as vigarices do mundo, mas apenas para enfrentar aquelas que cheguem até nós e que sejam postas sob o nosso julgamento. Por exemplo, todo sujeito que escreve uma opinião num jornal está dando uma opinião para que você a julgue. Então, se você leu aquela porcaria, você tem o direito de fazer perguntas, de questionar etc. Só que, em tudo isso, o elemento básico é sempre o testemunho solitário. O que eu recomendo é que você sempre se lembre disto: você pode mentir, como qualquer outra pessoa. Só que, quando você se lembra disso, há uma espécie de efeito paralisante – você fica inibido, e essa inibição não é má. É daí que sai aquilo que eu recomendaria fazer, o “voto de abstinência em matéria de opiniões”. Um assunto engancha no outro automaticamente.

Aluno: O senhor fala a respeito do voto de abstinência em matéria de opiniões. O que exatamente o senhor define como isso?

Olavo: É o que estou dizendo agora. Primeiro: por que você tem de ter opinião sobre alguma coisa? No que a sua opinião vai afetar? Em segundo lugar: [queda na transmissão]

Parte 02: COF20090404-02

(...) ver resultados espetaculares, marcou as pessoas profundamente, e eu nem sei por que não usei mais esse exercício (não usei porque estava falando de outros assuntos). Mas acho que é uma boa ocasião para renovar esse experimento aqui, com algumas alterações. Ele é baseado em um texto do Louis Lavelle, e esse texto eu não distribuí para vocês de propósito, porque eu vou ditá-lo, e vocês vão escrever palavra por palavra. É um texto curtinho, de dez linhas. É importante que vocês o escrevam com sua própria caligrafia.

Também é importante vocês tenham um caderno para anotar tudo o quanto se refira a este curso, incluindo os seus exercícios, as suas reflexões, as suas perguntas. Tem de ficar tudo junto ali, para que, ao fim de cinco ou seis anos, você possa fazer uma espécie de autobiografia intelectual. É muito importante que esteja tudo junto.

O texto, que eu não vou ditar inteiro, só as dez linhas que nos interessam, chama-se *Témoignage* (“Testemunho”) e está colocado no apêndice do livro *De l’Intimité spirituelle* (*Da intimidade espiritual*), de Louis Lavelle, 1ª edição publicada pelas Edições Aubier, no ano de 1955. Então, anotem:

“Há na vida momentos privilegiados nos quais parece que o universo se ilumina, que nossa vida nos revela sua significação, que nós queremos o destino mesmo que nos coube, como se nós próprios o tivéssemos escolhido. Depois o universo volta a fechar-se: tornamo-nos novamente solitários e miseráveis, já não caminhamos senão tateando por um caminho obscuro onde tudo se torna obstáculo aos nossos passos. A sabedoria consiste em conservar a lembrança desses momentos fugidios, em saber fazê-los reviver, em fazer deles a trama da nossa existência cotidiana e, por assim dizer, a morada habitual do nosso espírito.”

Veja que o primeiro exercício que foi dado tem o intuito de induzir o aluno a entrar por momentos neste estado.

Todo mundo sabe que, para fazer um julgamento justo e verdadeiro sobre o que quer que seja, você tem de articular o particular com o geral: articular aquela situação específica que você está vendo com os conceitos mais gerais que você tenha sobre a verdade no sentido mais universal (ou seja, a sua concepção inteira do universo). Uma coisa tem de se relacionar com a outra.

Essa operação, que é de ordem tão-somente lógica, já tem as suas dificuldades. Nós acabamos de ver, na primeira parte da aula, que o maior problema da moralidade é justamente este: você pode ter as normas gerais, que você aceita como verdadeiras e justas, mas, nas situações particulares, você não as reconhece. As situações particulares não são facilmente reconhecíveis, enquadráveis e classificáveis dentro dessas normas gerais, ou seja, você não sabe quais são as categorias gerais que se aplicam àquela situação em particular que você está vivendo. Por quê? Porque as coisas não vêm com seus nomes escritos, com suas categorias e seus conceitos lógicos correspondentes. Então, essa simples caminhada lógica entre o singular/concreto e o universal já apresenta problemas terríveis, [00:10] mas a operação lógica não basta. Por quê? Porque a operação lógica não será feita por um computador, mas por um indivíduo concreto.

Esse indivíduo concreto também tem esses dois lados, ou seja: uma concepção universal na qual ele encaixa o seu ser e se reconhece como um membro de um universo dotado de sentido (e reconhece, nos eventos da sua vida concreta, o sentido universal que ele espera que as coisas tenham, no seu conjunto); por outro lado, ele tem a sua experiência particular, concreta, do momento. Então, a mesma dificuldade que existe na transição lógica do particular para o universal, e vice-e-versa, existe no aspecto psicológico-existencial. Ou seja, a sua pessoa também está dividida entre aquele ser individual-concreto, que está vivendo esta situação em particular, e aquele outro ser, que tem uma dimensão universal e que sabe mais ou menos quem ele é dentro da ordem geral das coisas. Que dizer, a dificuldade lógica se multiplica numa dificuldade psicológica, existencial e cognitiva, e é exatamente disso que está falando o Louis Lavelle.

No instante em que fizemos o primeiro exercício, foi pedido a vocês que se vissem a si próprios, dentro de uma escala de valores universais, tal como vocês os captam, de tal modo que a sua vida concreta – a sua pequena biografia, o seu necrológio – exemplificasse aquelas qualidades máximas das quais você se acredita como portador em potencial. Então, seria a sua figura universal: o que você representa dentro da totalidade da vida universal, como se, por assim dizer, você estivesse dentro do Juízo Final.

Vamos somar tudo o que você fez e ver quem que você é – não nesse isolamento empírico-casual da situação que está vivendo agora, mas dentro da totalidade universal. Quem é você considerado na medida da universalidade? Em linguagem teológica: quem é você perante Deus? Quem é você perante a Eternidade? Quem é você perante o Absoluto?

O exercício do necrológio convida você a se olhar sob este aspecto. Acontece que essa visão de si sob o aspecto universal não é fácil de obter; ela não é dócil ao seu apelo, não vem quando você chama. É preciso um estímulo. Esse exercício foi dado como um estímulo. Por quê? Porque não é uma coisa costumeira você imaginar que morreu e que alguém está contando a sua vida. Essa situação inusitada que eu inventei foi para isso: através desse artifício imaginativo, você se transporta desde o plano da mera accidentalidade empírica, dessa multiplicidade, da confusão do cotidiano, para um outro plano de universalidade, onde você adquire uma figura mais definitiva, inspirada no famoso verso do Mallarmé sob o túmulo de Edgar Allan Poe: “Tel qu'en Lui – même enfin l'éternité le change” (“A eternidade o transforma naquilo que ele era”).

E por que isso acontece? Porque veio a morte e, a partir da morte, não há mais transformações. A nossa vida é um ciclo de transformações. Todo nós, como Raul Seixas, e como nosso presidente Lula, somos metamorfose ambulante. Mas chega uma hora em que o ambulante pára de ambular e a metamorfose pára de se metamorfosear, porque você morreu e o trancaram num caixão. O caixão tem aquela forma sextavada, que simbolicamente representa os seis dias da criação – no sétimo dia, Deus descansou. Os seis dias da criação completaram você, que então foi posto naquele negócio sextavado, e a partir dali não mudará mais. Ali você tem a sua forma definitiva, da qual se poderá, mais tarde, descobrir alguma coisa que não se sabia; porém, não se poderá acrescentar mais nada. Se você tomou a decisão errada, errado ficou; se você fez alguma coisa boa, não dá mais para estragar, e assim por diante.

Esse artifício imaginativo do necrológio é para colocar você em uma posição psicológica que lhe permita se imaginar como um todo, e este todo que você imagina obviamente faz sentido: tem uma justificação, uma razão de ser, tem um motivo – e esse motivo, você o encara como bom. No sentido em que diz Louis Lavelle, é um destino que você aceita tão profundamente, que é como você mesmo o tivesse escolhido. Ou seja, você está solidário com a totalidade do real, você aceitou a totalidade do real. Lembro-me sempre de uma passagem que conta que Hegel ficava um tempão olhando uma montanha e depois dizia: “É, de fato é assim.” Isso simboliza a conformidade com o real – no caso não com o real externo, como no experimento de Hegel, mas com a realidade da sua própria vida.

Para que você a aceite, você precisa vê-la como conjunto – não como conjunto quantitativo, mas como uma forma final, uma resultante final. E aí você diz “sim” ou “não”, como o próprio Deus na criação: Deus fez e aí viu que era bom. Se ele visse que era ruim, ele destruiria tudo e faria de novo. Ele deixou como está porque viu que era bom. Então, você também: nos seus seis dias da criação, você também criou o seu personagem ideal e, quando completou-se a sua vida, você morreu. Daí, vendo o conjunto, vê-se que é bom. Tem uma significação, tem um sentido, e esse sentido não serve só para você (por isso o exercício pressupõe *alguém* contar).

Bom, da primeira vez que eu fiz esse exercício (há muito tempo, no Paraná), eu usei um necrológio de jornal: um jornalista escrevendo a vida do fulano de tal. Depois eu vi que isso falhava, porque só servia para a vida de pessoas públicas e famosas, e isso colocava um viés no exercício que induzia o sujeito a se imaginar como uma pessoa famosa, quando não era disso que eu estava falando. Eu estava falando de uma pessoa notável, mas não necessariamente famosa. Pode ser uma pessoa totalmente anônima, que só dois ou três conhecem, mas que realizou uma grande vida. O mundo está cheio de heróis

anônimos, santos anônimos, gênios anônimos, está cheio disso. Eu mesmo conheci alguns – pessoas das quais ninguém deve ter ouvido falar, mas que eu sei que são notabilíssimas. Então, eu mudei o exercício: coloquei uma terceira pessoa para narrar a história. O fato de ser um terceiro mostra que essa vida não tem sentido só para você – ela enfatiza uma qualidade que é boa e é exemplar para os outros. Um aluno aqui me mandou um trecho que Aristóteles, muito bem lembrado:

“Quando sabemos o que devemos fazer, e como devemos fazer, basta que, para estabelecer isso como um conselho, se mude a forma de expressão e se dê a volta à frase, dizendo, por exemplo, que importa não nos orgulharmos do que devemos à fortuna, à sorte, mas do que devemos a nós mesmos. Dito assim, tem a força de um conselho. Mas, expresso como um elogio, será: ele não se sente orgulhoso do que se deve à fortuna, mas apenas do que deve a si próprio. De sorte que, quando quiseres elogiar, olha para o conselho que se poderá dar, e, quando quiseres dar um conselho, olha para o que se pode elogiar.”

Então, essa vida é louvável e, por ser louvável, soa aos olhos dos outros como se fosse um conselho: olhe para esta vida e siga este exemplo. O exemplo tem um conselho e o conselho tem um exemplo. Esse aluno mostra que ele entendeu perfeitamente o espírito da coisa.

Durante esses primeiros meses do curso, a minha primeira idéia é realmente colocar vocês em uma posição psicológica que seja propícia ao exercício da filosofia. Não se trata de transmitir conteúdos nem problemas filosóficos, mas de passar uma experiência, uma vivência, que lhe permita não brincar de filósofo, mas ser um filósofo. Não se trata de exercer um papel social que é reconhecido por terceiros (ainda mais ignorantes do que nós), mas de fazer algo que você sabe o que é, que você reconhece quando está fazendo. Isto é colocar-se em uma atitude de exercício da filosofia. [00:20]

Você vai ter de se colocar em um plano de universalidade, mas não é a universalidade abstrata; é a universalidade pessoal. Este modelo do “eu” que você inventou é o intermediário entre as perfeições abstratas/universais e a sua situação concreta/individual de agora. E você precisa desse modelo por quê? Porque, como dizia São Tomás de Aquino, as regras e as virtudes morais são todas genéricas e abstratas, enquanto as situações e os seres humanos são concretos e particulares. Então tem de ter a mediação. Quem faz essa mediação entre um conceito abstrato e a vivência particular, concreta, sensível do momento? É a imaginação. Isso quer dizer que, se você souber toda a teoria do negócio, toda a parte abstrata, mas não tiver o intermediário imaginativo, você não será capaz de relacionar o universal com a situação concreta que você está vivendo. A única coisa que você poderá fazer é repetir aquele universal como um papagaio, sem saber do que está falando. Aí você aprofundará o hiato, o abismo entre as suas idéias universais magníficas e a miséria de sua situação pessoal concreta. A imaginação é que faz essa transição. Por isso não basta você saber o que é o certo, o bom, o valioso, o louvável; você tem de poder imaginá-los concretamente na sua pessoa, como encarnados na sua pessoa.

Muitas vezes, quando nós conhecemos pessoas notáveis, nós não sabemos dizer exatamente qual é a qualidade delas; nós reconhecemos que aquelas pessoas são muito boas, mas não conseguimos definir a qualidade. Lembro do meu falecido amigo Juan Alfredo César Müller, que era uma pessoa que eu admirava extraordinariamente. Mas no que consistia essa qualidade do Dr. Müller? Era uma síntese inseparável; eu consigo lembrar, visualizar o personagem, mas, quando eu tento definir essas qualidades, elas aparecem separadas. Cada qualidade é uma diferente.

Por exemplo: o Dr. Müller foi a pessoa mais bondosa que eu conheci. Bondosa por quê? Porque era uma pessoa que realmente amava o próximo, realmente se condoía do sofrimento humano e era

incapaz de refrear a sua vontade de fazer alguma coisa para aliviá-lo. Às vezes, ele ligava três horas da manhã para um paciente, dizendo: “Pô, acabei de ter uma idéia para aquele seu problema, venha aqui correndo!” Fazia isso! Quer dizer, ele não estava fazendo aquele negócio só profissionalmente; ele tinha comprado o problema da pessoa a ponto de sonhar com aquilo. Isso é extrema compaixão. Mas, ao mesmo tempo, às vezes ele era um homem extremamente duro e autoritário, quando achava que era preciso. Um dia entrou no consultório dele um sujeito que estava ficando esquizofrênico – um sujeito tipo hippie, cabeludo, barbudo, com mosquito girando em torno da cabeça. Ele entrou na sala do Müller, e ele falou: “Você vá cortar o cabelo ou não me apareça mais aqui!” O sujeito apareceu na semana seguinte com o cabelo cortado e já estava um pouquinho melhor. E assim foi!

São coisas difíceis de você ver – como é que aquele homem, que às vezes podia ser tão duro, tinha um coração tão grande. Havia uma terceira coisa: me lembro de uma elegância, inclusive física, extraordinária. A primeira vez que eu o vi, eu pensei: “Mas esse sujeito não é um médico; é um príncipe.” Vestia um terno preto elegantíssimo, colete... Que coisa extraordinária! São qualidades separadas; elas não se fundem naturalmente, mas nele tudo isso aparecia junto. E ainda tinha outras milhares de coisas que eu não consigo definir exatamente o que era, mas eu sei que era este personagem: Juan Alfredo César Müller.

Se eu fosse um ficcionista, um escritor de romance – coisa que eu não sou –, eu conseguiria contar uma história e mostrar para vocês esse personagem. Vocês o veriam com a sua imaginação, mas também não saberiam defini-lo. Como é que você definiria Dom Quixote, ou Raskólnikov, ou o Werther, do Goethe? Você não define, mas visualiza e sabe o que é. Essa referência imaginativa (que às vezes você não consegue definir em palavras, mas sabe o que é) é que faz o intermediário entre o universal e o particular.

A imaginação tem uma qualidade extraordinária, por exemplo: quando você vê uma vaca, você só está vendo aquela vaca. Se a vaca é amarela, você não a verá preta, e, se ela for preta, você não a verá amarela. Mas, na imaginação, você pode conceber uma vaca preta que também é a vaca amarela. No pensamento abstrato, você pode pensar o conceito de vaca, mas o conceito de vaca não é sequer uma vaca: é uma definição de vaca. A definição de vaca não dá leite, não muge, não anda no pasto. Por um lado, você tem a figura concreta, visível, mas que só tem aquela singularidade (não é *outra*). A vaca magra não pode ser ao mesmo tempo a vaca gorda; a vaca preta não pode ser a vaca amarela; a vaca amarela não pode ser a vaca branca; a minha vaca não pode ao mesmo tempo a minha vaca e a sua vaca, e assim por diante. Mas, na imaginação, você consegue inventar uma vaca que é tudo isso ao mesmo tempo; você concebe uma vaca que, embora seja visível (você está vendo aquela vaca), não é uma vaca em particular, mas o arquétipo de vaca – é todas as vacas. Quando você lê o Dom Quixote, você não está falando só daquele personagem. Aquelas qualidades irradiam em volta, abrangendo muitas pessoas que têm aquelas mesmas qualidades, de modo parcial. Todas elas estão ali, de certo modo, condensadas no Dom Quixote.

A imaginação é o que permite que as verdades abstratas que a gente aprende tenham substância na realidade. Sem imaginação, nada feito! Por isso que eu insisto que o primeiro treinamento para o exercício da filosofia é ler muita ficção: romance, teatro, poesia etc. Isso é o aprimoramento da imaginação. Vejam muito filme... Se bem que hoje os filmes são todos iguais; praticamente tudo é refilmagem de alguma coisa que foi feita nos últimos quarenta, cinquenta anos. Mas não importa. Eu acho o cinema uma arte limitada. Ela chegou ao seu esgotamento e daí por diante vai se repetir, apenas com aprimoramentos técnicos. Não se pode dizer o mesmo da arte do teatro, da arte da narrativa... É preciso ler muito poesia... Leibniz dizia que o sujeito que tivesse visto mais figurinhas, mesmo que

fosse tudo falso, seria a pessoa mais inteligente. Por quê? Porque teria a imaginação mais rica. A imaginação é feita de figuras (não somente figuras visuais; podem ser acústicas, tácteis etc.) que lhe dão pontos de comparação.

Há pouco eu me lembrava que os alunos que se saem melhor nos exames do mundo são os chineses. Quando você vai ver no que consiste o ensino chinês, é só decorar. Até para falar chinês, o sujeito tem de decorar cinco mil letras, se não não dá nem para começar. Então, por que a decoreba ajuda, e por que essas pessoas que querem te “ensinar a pensar” só te imbecilizam (como, por exemplo, esse método Piaget, que só forma moleque analfabeto)? É simples: é porque pensar é automático, todos nós sabemos pensar. Nós sabemos pensar como nós sabemos respirar. Você tem um órgão que se chama cérebro, e o cérebro está estruturado de uma tal maneira que funciona sozinho. O que é que falta? Faltam as imagens, faltam os conteúdos para você relacionar. Falta a riqueza de informações, a riqueza de formas.

A diferença entre um gênio e um idiota não é uma diferença de inteligência, propriamente; é uma diferença de memória. Ele tem mais coisas na memória, [00:30] e ela está mais organizada, quer dizer, ele transita mais facilmente entre as analogias, sabe perceber semelhanças e diferenças. Mais tarde nós vamos ver como existe o aprimoramento dessas duas coisas: perceber semelhanças e perceber diferenças. A analogia é uma síntese de semelhança e diferenças. Saber construir analogias é o exercício fundamental: saber medir as semelhanças e diferenças e expressá-las verbalmente. O conjunto das analogias, do seu mundo imaginário, vai ter de se estruturar, e o princípio estruturante é este mesmo modelo de você, que você inventou no outro exercício. É em torno desse modelo que você organiza todas as suas memórias, todas as suas recordações, tudo o que você sabe, porque tudo isso é um instrumental que você tem para realizar essa imagem. Então, esses conteúdos cognitivos, esses elementos de memória de que você vai se utilizar, já fazem parte deste personagem ideal. Ou seja, ele é o sujeito que sabe tudo que você precisa saber para chegar a ser ele; só que você não sabe ainda.

Ora, é claro que, se esse sujeito realizou todas essas virtudes e qualidades, ele sabia como fazer isso. E você sabe que você não sabe. Por exemplo, ele terá vivido inúmeras situações nas quais ele tomou a decisão mais sábia, a decisão melhor. Não digo a decisão absolutamente boa, porque o absolutamente bom, para nós, não existe; só existe o melhor e o pior (não há um bom e um mau; só há o melhor e o pior). Então, ele é o sujeito que sempre escolheu o melhor e por isso chegou a ser quem é. Mas você não sabe ainda qual vai ser o melhor em todas as situações que vai viver. Você sabe que, entre você e essa criatura, existe uma série de “buracos”, uma série de hiatos a serem preenchidos no curso da sua vida: experiências que você precisa ter, conhecimentos que precisa adquirir, forças, energias que você precisa também adquirir, defeitos e vícios que você vai precisar aprender a corrigir, e assim por diante. Ele não é só a condensação do que você quer ser, mas do que você precisa saber para chegar a ser.

Isso quer dizer que, sem essa imagem do – vamos chamá-lo de “eu ideal” (um termo meio besta, enfim...) –, sem essa imagem, todas as imagens universais a que você tem acesso são letra morta. São Paulo apóstolo dizia: “A fé sem obras é morta”. Do mesmo que você tem a fé, você acredita em verdades universais. Não estou me referindo a necessariamente à fé religiosa nesse sentido explícito, mas, se você acredita em valores, em princípios, e isso não vira ação, é coisa morta.

Como é que vai virar ação? Você precisará passar do universal para o particular – e é aí mesmo que você quebra a cabeça. Você sabe o que é o certo, mas não quer dizer que você saiba o que é o certo *nesta* situação. Essa passagem em si já é complicada, mas ela pode sofrer complicações suplementares por causa das inúmeras ambigüidades da vida humana. Por exemplo, imagine que você tem um casal de

amigos que estão lá brigando, e você, mais ou menos, acha que sabe o que eles poderiam fazer para melhorar a situação. Você deve interferir? Deve ficar fora? O que você deve fazer? Você nunca sabe.

É através dessa montagem imaginária que você pode chegar a uma aproximação entre o que é certo abstrata e genericamente e o que é certo *naquela* situação. E mesmo assim não é fácil. Quanto mais elementos de comparação você tiver, mais facilmente você vai se aproximara daquela situação concreta, trazendo a universalidade junto. É por isso que as funções básicas são memória e imaginação, que, segundo Aristóteles, são a mesma função: as duas são a forma da fantasia (ele chamava de fantasia, e não de imaginação, que é o termo moderno). Existem, segundo ele, a fantasia memorativa e a fantasia criativa, ou seja: a fantasia que tenta repetir os mesmos elementos, na ordem em que eles se apresentaram, e a que tenta montá-los em uma outra ordem. Mas é a mesma função: é a fantasia.

É através dessa imagem do “eu ideal” que você vai puxar de dentro de si as suas várias energias, tendências, componentes, e tentar unificar isso para realizar uma vida dotada de sentido. Toda vez que colocar esse problema, você estará voltando a essa mesma situação descrita por Louis Lavelle, nesse parágrafo memorável, ou seja: aquele momento em que a sua vida faz sentido. Por que ela não faz sentido no instante seguinte? É simples: porque as novas situações empiricamente colocadas para você não têm lugar nos esquemas gerais que você concebeu. Há situações novas que não se encaixam ali. Você não sabe como compreendê-las, não sabe como absorvê-las. Parece que tudo parou de fazer sentido, virou um caos. Esse caos tem uma função maravilhosa, porque é o seguinte: você pode conceber à sua maneira o “eu” que você quer ser, mas você não pode inventar o mundo. Se aquela figura ideal que você inventou se fechar em si mesma e não houver entrada de novos elementos, você passará a viver o seu “eu ideal” numa fantasia subjetiva que só servirá para você e que não vai virar realidade nunca.

O negócio não é você imaginar o que você quer ser, mas é tornar-se aquilo realmente. E o “tornar-se realmente” é tornar-se aquilo *na realidade*. Mas qual realidade? Uma que nós inventamos? Não; uma que nós recebemos de fora e que é sempre diferente e imprevisível. A imagem do “eu ideal” dá o padrão de unidade a que você quer chegar, mas a diversidade da realidade a cada momento vai te dando os materiais que vão preencher aquilo de substância real. Há um jogo aí entre a unidade da imagem e a multiplicidade das situações.

Existe uma frase de Ortega y Gasset que mostra exatamente o que eu estou falando: “A reabsorção das circunstâncias é o destino concreto do homem”. Por um lado, você tem o “eu” que você está sendo, e que tem um “eu ideal” à frente como meta ou objetivo; mas existem os elementos externos, a circunstância, aquilo que você não escolheu, aquilo que de algum modo veio pronto. E isso que veio pronto pode ser tão deslocado em relação à sua situação, que você não sabe como encaixar uma coisa na outra. Reabsorver essa circunstância e fazer com que ela comece a fazer sentido dentro da sua história: esse é que é o negócio.

Nós somos como personagens de um romance que acidentalmente foram parar em outros. Você imagine, por exemplo, Hamlet, o príncipe da Dinamarca, acordando no palácio junto com a Desdêmona, mulher do Otelo. Evidente, ele não sabe o que fazer ali, não está entendendo a situação. Nós estamos constantemente neste estado, exatamente. Nós nos preparamos para viver num certo enredo que nós concebemos, mas, de repente, estamos colocados dentro de outro enredo, que é a circunstância. Às vezes a circunstância reforça aquilo que nós queremos chegar a ser [00:40], mas, quando ela é muito heterogênea, muito diferente, ela dissolve esse ideal completamente, e parece que você nem é mais você mesmo.

Se você escolheu uma certa imagem, certas qualidades a serem incorporadas, então é por esses lados que você quer ser olhado. Suponhamos que você tenha decidido ser como o Dr. Müller: um homem bondoso, que liga para o sofrimento humano, que tem aquela vontade de curar, de aliviar, de enxugar as lágrimas. Mas vamos supor que você esteja no meio de pessoas que não ligam nem um pouco para isso, que nem sabem o que é isso. Não é que elas sejam contra as suas qualidades; elas não percebem as suas qualidades. Elas têm outras expectativas em relação a você, e, se você tenta ser aquilo que você quer ser, elas não entendem. Você é como o personagem que entrou na peça errada. Nesse caso, você terá de fazer uma extensão do seu enredo, para que ele abarque aquela situação específica. Vai ter de fazer uma variação do seu enredo, de modo que a unidade final do resultado predomine sobre a variedade e a confusão das situações externas. Quer dizer, os sub-enredos vão ter de ser inseridos ali com muita inteligência, com uma certa esperteza. Se você rejeitar a situação, o que vai fazer? Vai fugir para o mundo da fantasia? Ou vai abdicar de ser você mesmo e tentar se adaptar à situação? Na verdade, não dá para fazer nem uma coisa nem outra: nós estamos num estado de tensão permanente entre a unidade daquilo a que nós queremos chegar e a variedade das situações, que nos puxam para outras direções que não têm nada a ver com aquilo.

Note que nem sempre elas são antagônicas – quando são antagônicas, às vezes isso até ajuda. Por exemplo, se você quer ser um homem bom, mas pessoas estão te ensinando que você tem de ser mau, isso te ajuda a se definir, porque você diz “não, eu não quero isso”. Mas e se você está no meio de pessoas que sequer percebem se você é bom ou mau? Elas estão interessadas, por exemplo, em saber se você é bonito ou feio, rico ou pobre, inteligente ou burro, popular ou impopular? Essas categorias não se aplicam ao seu sonho, e você está sendo julgado por elas. Então você está ali, não como um pregador entre infiéis (como um jesuíta que foi pregar na terra dos muçulmanos, sabendo que eles não gostam do que você vai falar e são hostis), mas como o Padre Manoel da Nóbrega, que foi parar, não entre os muçulmanos, mas entre os índios do Brasil, que simplesmente não sabiam do que ele estava falando. Eles nunca tinham ouvido uma pregação religiosa, não sabiam o que era. É claro que levou meses para ele poder se adaptar a essa nova situação, depois de ter tido inúmeras decepções. Por exemplo: ele notou que os índios concordavam imediatamente com tudo que ele tinha falado, mas concordavam sem ter entendido nada. Convertiam-se ao cristianismo, mas, no dia seguinte, se esqueciam. Como você faz para falar da fé em um lugar onde não existem os conceitos da fé e da anti-fé? Os índios nem acreditavam, e nem não acreditavam. É como se você pegasse todo o sentido da vida do Padre Manoel da Nóbrega e jogasse numa situação onde esse sentido não podia se realizar de maneira alguma, por falta até dos elementos antagônicos. Isso nos acontece com frequência.

Nesse caso, a sua história vai ter de ter um desvio, mas para se emendar lá adiante. Você vai ter de absorver elementos que são totalmente heterogêneos. Se você quiser aliviar essa tensão, aí está acabado, porque essa tensão é a sua vida. Você tem um projeto, um plano, e tem em volta os elementos antagônicos. Às vezes, você pode estar numa situação tão primitiva, que os materiais que você precisa para construir a sua vida ainda não existem – precisam também ser individualmente construídos um a um. Isso pode acontecer. Outras vezes, não é tão difícil assim.

Reparem nos seus próprios necrológicos. Se vocês estão fazendo esse curso de filosofia, é porque isso tem algo a ver com o que vocês querem ser quando crescer. Ou seja, a aquisição de uma certa habilidade filosófica é um elemento básico para você realizar o que você quer ser. Por outro lado, na filosofia também há elementos que são estranhos ao que você quer ser, que não têm nada a ver com aquilo, e que vão parecer te desviar do caminho (mas não vão desviar). Quando isso acontecer – se isso acontecer –, nós podemos empacar em certos problemas técnicos filosóficos por meses. Pior ainda:

esses problemas podem nos chegar numa linguagem estranha, que parece muito distante das nossas preocupações, dos nossos objetivos pessoais. Então aí você pode sentir que está totalmente deslocado dentro da filosofia, mas isso é um engano. Tudo, tudo o que a filosofia pode te dar será útil para realizar sua vida – e, o que não for, simplesmente será esquecido no devido tempo.

Vamos ver mais algumas perguntas.

Aluno: De que maneira esse exercício de nos colocarmos em um ponto de vista da universalidade para julgarmos a nós próprios se assemelha ao ideal spinoziano de ver as coisas, a vida “sub specie aeternitatis”, quer dizer, sob a categoria da eternidade?

Olavo: Elas diferem. Por um lado é parecido, porque você vai de fato olhar as coisas sob a categoria da eternidade, da universalidade, do absoluto – e aí você será spinoziano –, mas nós temos de ser também anti-spinozianos. Por quê? Porque nós vamos valorizar a experiência concreta, individual, momentânea, que Spinoza desprezava totalmente.

O caso de Spinoza é um caso de demência extremada (demência genial, de certo modo), em que o indivíduo nega a particularidade e quer se colocar permanentemente num plano de universalidade, como se somente daí existisse a verdade.

Ora, a universalidade, para nós, só existe como abstração. Só Deus tem universalidade concreta. Isso quer dizer que o spinozismo é uma fuga do mundo da realidade para o mundo da universalidade abstrata – e é por isso que os rabinos ficaram loucos da vida com ele, porque aquele deus do Spinoza é um deus abstrato, não é um deus vivente, que tenha a ver com a sua experiência de todos os dias.

Nós vamos ter de recuperar aquele ponto onde Spinoza cortou, onde rompeu, chegando a proclamar que o conhecimento por experiência nada nos ensinava, que só a razão pura, lidando nas altas esferas da universalidade, pode nos dar a verdade. Nós vamos ter de juntar esses dois pontos, porque não estamos interessados em verdades universais: nós estamos interessados em verdades universais incorporadas na realidade sensível particular imediata; ou seja, não é qualquer verdade, é a verdade *na realidade*. Se não, não é verdade, mas apenas símbolos escritos da verdade. Que nem o sujeito dizer que crê em Deus, Pai Todo Poderoso. O que você quer dizer com isso? Se não sabe, então você crê em palavras apenas – é um fundamentalista, no sentido de Eric Voegelin [00:50]. Você pega um símbolo e se apegue a ele, como se *ele* fosse o objeto da crença.

Quando eu digo que hoje em dia praticamente todo mundo é fundamentalista, é porque eu vejo que as pessoas não sabem quebrar os símbolos verbais que elas usam para reencontrar ali dentro os elementos da experiência real. Elas não estão falando de coisas, de realidade; estão apenas falando de palavras – é o “cambalache”, estão trocando uma palavra por outra palavra; então, que diferença faz?

Muitas vezes, depois de alguns anos desse exercício de “cambalache”, a pessoa se desilude com a busca da verdade e fala que não existe verdade, é tudo subjetivo, é tudo escolha pessoal. Sim, para quem faz esse jogo, de fato. Você acaba caindo – na melhor das hipóteses – num relativismo total. Nada mais importa. Claro, nada mais importa de tudo aquilo que *você* falou. Tudo que *você* diz não tem importância nenhuma. Então, tudo vale a mesma coisa, ou tudo não vale nada. Agora, não posso dizer que seja o mesmo daquilo que *eu* estou dizendo – porque eu tenho o teste da realidade. Eu sei que as nossas palavras jamais acertam dizer as coisas como elas são, porque nós dependemos da nossa própria memória. Por exemplo: eu uso uma palavra que estou acostumado a usar há anos (por exemplo, acabei

de usar a palavra “democracia”). Cada vez que eu for usar aquilo, eu tenho de puxar do fundo da memória a experiência, para saber se estou falando de alguma coisa real, ou se estou apenas jogando com símbolos. Se você não tem esse lastro de realidade, é como a inflação na economia, em que o valor do dinheiro é só uma coisa escrita num papel, mas não corresponde a riqueza efetiva nenhuma. Se você for trocar aquilo por bens, você vê que não tem nada, que não significa nada. Não permitir a inflação do pensamento, fazer com que os símbolos e as palavras carreguem sempre o seu lastro de experiência, deve ser um esforço permanente.

Você deve fazer isso não só com você, mas deve exigir que os outros o façam, levando sempre em conta, é claro, a dificuldade verbal que a pessoa possa ter. Às vezes ela não sabe dizer aquela experiência. Com o tempo, você vai aprender a perceber se a pessoa tem ou não tem essa capacidade – se ela está falando de alguma coisa real, reconhecível, ou se é somente o *flatus vocis*.

Em geral o *flatus vocis* aparece na continuação da conversa. Pelo que o sujeito diz em seguida, você vê que ele mesmo não leva a sério aquilo que ele disse antes. Por exemplo, eu citei agora mesmo o artigo do Alberto Dines. O Dines estava falando mal das pessoas que comparam as várias ditaduras, que acreditam que umas são mais aceitáveis, outras menos. Ele diz: “Ah, isso é um horror, não se pode comparar, isso é desumano!” etc., etc. Tá bom. Só que, no parágrafo seguinte, ele começa a falar de Cuba. Ele diz: “Os jovens cubanos derrubaram o tirano Batista, mas ainda hoje estão longe de ser uma democracia.” Então, você veja: de um lado, um tirano; de outro, jovens, bem-intencionados, que ainda não chegaram à democracia. Isso é uma gradação. Essa gradação é uma comparação.

Ora, na comparação objetiva, o governo atual de Cuba é infinitamente pior do que o do Batista. No do Batista havia oposição agindo. Em Cuba não há oposição, não pode ter. A Cuba de Fidel Castro chegou a ter cem mil prisioneiros políticos ao mesmo tempo, coisa que na cabeça do Batista nem passou. Então, não é que o Sr. Alberto Dines não goste de fazer comparações; ele finge que não gosta, mas ele faz – só que ele escolhe o pior. Para ele poder amar o pior e preterir o menos ruim, o que ele faz? Ele tem de fazer de conta que não está fazendo comparação. É claro que o que ele fala da democracia absoluta é tudo besteira, tudo bobagem, tudo um disfarce verbal para ocultar uma preferência irracional indefensável.

Como é que podemos ter uma discussão intelectual com uma pessoa assim? Eu não posso ter uma discussão intelectual com quem não tem intelecto, com quem não tem um espírito presente; que tem apenas uma máquina de falar que foi colocada na boca. Se você tem uma máquina de falar, você fala. Mas quer que eu discuta com você? Eu não posso discutir meras palavras. O que eu posso fazer com meras palavras é mostrar que elas não dizem nada. Para discutir a sua idéia, é preciso que você tenha alguma. Como um amigo meu dizia: “O fulano me convidou para trocar umas idéias, mas eu não quis ir, porque eu ia sair perdendo na troca.”

Aluno: Qual a importância da consciência da morte para a atividade filosófica?

Olavo: É tudo! Se nós não fôssemos morrer, por que tentaríamos ser alguém na vida? Se você tivesse um tempo infinito, como você poderia chegar a ser alguma coisa? Se é um tempo infinito, não há transição. A transição só pode ser medida porque tem um fim. Dentro da eternidade, não faz sentido falar em transformação. O que seria uma transformação infinita? Uma transformação que nunca acaba. Se a transformação nunca acaba, ela nem começa. A noção de *chegar a ser*, que é básica para o ser humano, está condicionada ao fato de que nós sabemos que morremos – ou seja, há um enredo, mas este enredo termina.

E é por isso mesmo que é errado fazer analogias da vida humana, da vida individual humana, com a História – falar em objetivo da História, meta da História... Por quê? Porque ninguém sabe quanto tempo a História vai durar. A vida humana tem uma média: você sabe que não vai passar disso. Você pode ter uma expectativa de vida. Como não há uma expectativa de vida da espécie humana, não dá para conceber um futuro histórico, porque esse futuro histórico vai passar também, e depois dele vai ser o quê?

Nós podemos fazer uma concepção de futuro para nós, individualmente, mas não na História, porque você sabe que você tem um tempo limitado para viver; depois daquele ápice, você vê o fim. E você pode perceber um sentido nisso *porque tem um fim*, e cria, vamos dizer, uma forma fechada, acabada.

A incapacidade, ou recusa, de pensar na morte imbeciliza o sujeito na mesma hora. Vamos supor que você tenha o plano mais maravilhoso do mundo. Você sabe que tem a chance de viver, digamos, 70, 80, 100 anos. Mas não é certo que você viva tudo isso, então você tira daí, imediatamente, uma orientação: “Eu não sei se eu vou chegar a ser aquilo que eu queria, mas eu tenho de agir agora como se eu já fosse, porque, se eu morrer agora, fará sentido do mesmo jeito.” É aquele negócio do Viktor Frankl, quando foi visitar a prisão de San Quentin. O diretor, um engraçadinho, disse para ele: “Olha, tem um sujeito aí na câmara de gás, que vai ser executado daqui a meia hora. Você quer falar umas palavrinhas para ele?” Situação horrível, não é? O Frankl falou: “Pois não.” E disse: “Olha, meu amigo, não interessa se você vai viver cinco minutos ou cinqüenta anos. Interessa é que o que você faz tem de fazer sentido. Então, você trate de fazer, na próxima meia hora, algo que faça sentido pra você.” Ele não deu moleza para o condenado. E era exatamente o que tinha de falar.

Depois aconteceu que o sujeito recebeu um indulto, não foi executado, e ele disse que aquela coisa que o Frankl falou para ele foi básica. Quer dizer, mesmo que você seja um condenado à morte, alguém que vai morrer daqui a pouco, o que você vai fazer nos seus próximos cinco minutos? Se você for buscar alguma coisa que você ache prazerosa, será pior ainda, porque o prazer vai acabar já, já, e você sabe que vai. Durante todo o tempo da sua curtição, você vai estar desfrutando do prazer, ou vai estar agoniado porque ele vai acabar? Então, não pode ser esse o critério. Tem de ser algo que valha para além da morte, algo que faça sentido, com morte ou sem morte. Essa é a noção do sentido da vida, é a noção do dever, é a noção do *dharma* hindu, é a mesma coisa – *dharma* é aquilo que faz sentido. [1:00]

Aluno: O senhor estava falando sobre a democracia. Me ocorre uma dúvida: quando falamos a palavra “democracia”... essas palavras necessariamente têm uma correspondência real ou seriam apenas “flatus vocis”?

Olavo: Quem responde a essa pergunta é você, não eu. Você é quem vai usar esses termos com correspondência real ou só como *flatus vocis*. Uma palavra em si não pode ser uma coisa nem outra. Cada palavra é apenas uma possibilidade de significação ou uma possibilidade de não significação. Quem vai preencher suas próprias palavras de conteúdo é você. Só é possível você perceber o conteúdo do que os *outros* estão dizendo se você preencher as *suas* palavras de conteúdo. Quando você ler um autor que é rico de experiência, você captará a experiência dele se você mesmo estiver acostumado a falar as coisas com uma profunda e rica evocação da experiência correspondente – se não, não. É por isso que Jorge Luis Borges dizia que, para entender um único livro, é preciso ter lido muitos livros. Por quê? Porque a experiência acumulada é que te dá os pontos de comparação.

Note bem, quando você usa as palavras “bem” ou “mal”, uma coisa é saber se existe “bem” ou “mal”

metafisicamente, ou se não existe. Outra coisa é saber se a palavra se refere a realidades, ou se está sendo usada de modo vazio. Eu sugiro que você não entre na investigação metafísica antes de ter a certeza de estar usando as palavras com conteúdo, se não você vai fazer mais uma investigação metafísica vazia, e sua conclusão não valerá nada, qualquer que seja ela.

Você tem de preencher a coisa com o máximo de conteúdo memorativo possível. Se o seu conteúdo memorativo for exclusivamente pessoal e singular, ele não será comunicável aos outros. Por isso é importante a experiência culturalmente compartilhada, como a da literatura de ficção, do teatro etc. Aí você tem pontos de referência a que os outros podem ter acesso facilmente. Se você usasse apenas as suas recordações pessoais, você teria de preencher o seu conteúdo com as suas histórias pessoais, e daí fica mais complicado, leva muito tempo, e, para tudo o que você disser, você terá de contar uma historinha junto. Por isso existem as narrativas públicas, que são experiência compartilhada. Todos nós podemos ler Dom Quixote, Crime e Castigo, Hamlet. Esse conjunto de personagens e situações vai construindo um repertório imaginativo ao qual você sempre pode se reportar – até para falar com você mesmo, porque as nossas recordações também são evanescentes, também vão embora, também se apagam, a não ser que você as tenha gravado de algum modo e possa recuperá-las. Eu vejo que eu me recordo mais facilmente das experiências pessoais que eu contei. As que eu não contei vão embora. Se eu as contei uma, duas, três vezes, eu acabo recordando mais – cada vez que eu conto aparecem mais coisas.

Aluno: Se compreendi bem, a função de todo artista é transfigurar uma experiência genuína em um bem cultural (...)

Olavo: Exatamente. O artista não vai *processar intelectualmente* a experiência para chegar à sua compreensão em nível de universalidade; ele vai *registrá-la* da maneira que seja a mais eminentemente comunicável possível. Claro que às vezes não é tão facilmente comunicável assim. Às vezes a coisa pode ser de uma sutileza tal que, por mais que ele se esforce para ser claro, não vai ser muito claro – você vai ter de rachar um pouco a cabeça para saber do que ele está falando. Sem contar o fato de que, para compreender a experiência dele, você precisará ter a maturidade ou a imaginação suficientes – se não, não entenderá nada.

Aluno: (...) É possível ao artista, além de abastecer a memória cultural com a sua arte, fazer dela um veículo da inteligência e ainda transformar a arte em um conceito?

Olavo: Bom, é claro, mas daí ele estará filosofando sobre a arte. Ele pode fazer isso, mas não é obrigado. Existem artistas que trabalhavam com uma consciência intelectual muito clara do que estavam fazendo, como Henry James, por exemplo, que escrevia um prefácio explicativo para cada romance dele. Às vezes o prefácio era até melhor do que o livro. Já outros não seriam nem capazes de explicar como fizeram o livro, porque a função deles não é explicar, e sim fazer. Uma vez feito, está registrada aquela experiência genuína, verdadeira. Daí você poderá facilmente distinguir o que é experiência genuína do que é mera experiência copiada, repetição de estereótipo (que é uma coisa que tem pouco conteúdo de memória e é apenas repetição de palavras). A função do artista é colocar exatamente essas experiências à disposição dos demais seres humanos. Ele pode continuar meditando e aprofundando isso, se ele quiser, mas não é exigível que ele faça isso. Nem todo mundo pode ser todas as coisas.

Aluno: O senhor fala freqüentemente do voto de abstinência em matéria de opiniões. O que exatamente o senhor define como isto?

Olavo: Primeiro: por que é que você tem de ter opinião a respeito de alguma coisa? Você foi chamado a isso? Será importante? Alguém pediu a você um conselho? Você vai fazer alguma coisa boa com isso? Se não, essa opinião é inútil. Portanto, primeiro, significa isto: evitar opiniões inúteis.

Segundo: abster-se da opinião que não esteja carregada com um material de experiência pessoal e cultural suficientes. Por exemplo, a experiência cultural (já na esfera propriamente intelectual da coisa) só funciona se você tiver um *status quaestionis*. Quer dizer: você sabe de onde começou aquela discussão, quais foram as etapas percorridas, quais são as dificuldades encontradas e como está a questão agora.

Na totalidade das opiniões que eu leio escritas no Brasil por professores, acadêmicos, jornalistas etc., não há nada de *status quaestionis*, eles não têm a menor idéia de onde surgiram as questões. Aquilo não tem substância histórica, não corresponde a realidade nenhuma; são apenas palavras nas quais aqueles indivíduos projetam certos valores no momento, e, no dia seguinte, no parágrafo seguinte ou, às vezes, na mesma sentença, já esqueceram do que estão falando.

Eu acho que as pessoas não têm direito nenhum de dizer essas coisas. “Ah, é liberdade de opinião!” Bom, liberdade de opinião só existe quando você tem alguma opinião. Se o sujeito chega falando de “democracia integral”, isso não é uma opinião. Opinião é uma coisa que você *acha* sobre alguma coisa que *existe*. Agora, o cara vem com um conceito impossível, sobre algo que não existe, e diz que isso é uma opinião... Não, isso não é opinião nenhuma. Se nós dermos o melhor de nós – tentando juntar a experiência, conhecer o *status quaestionis*, fazendo as nossas escolhas –, nós ainda podemos errar. Agora, se o indivíduo não fez nada disso, ele não tem nem o direito de entrar na conversa; tem o direito de calar a boca. Nunca se esqueça de que o seu direito de emitir uma opinião corresponde ao direito que o outro tem de não ouvi-la, de não prestar atenção, de desprezá-la completamente. Eu tenho quarenta e tantos anos de jornalismo nas costas. Rarissimamente, mas muito raramente, eu vi na mídia brasileira uma opinião que merecesse ser discutida. [01:10] O que eu vi foram falas absurdas sobre coisas inexistentes, um negócio totalmente alienado, louco, que só existe na imaginação do sujeito.

Se essas pessoas não fazem essas coisas que nós estamos fazendo – que são a base não só da filosofia, mas das ciências humanas, das artes etc. –, elas não têm sequer uma consciência autobiográfica própria; elas não sabem quem são, meu Deus do céu! Em nome de quem elas estão falando? Não há uma pessoa por trás; há apenas uma combinação casual de palavras que, num certo momento, podem ser imantadas de certos valores e sentimentos, e o sujeito solta aquilo em cima de você.

Quando eu leio uma coisa como essa que eu mencionei, do Alberto Dines, está na cara que o sujeito não tem unidade mental para, no fim da frase, se lembrar do que ele disse no começo. Se o sujeito diz que não pode fazer comparação entre ditaduras e, na mesma frase, ele começa a fazer uma e, pior, escolhe a mais desprezível das duas, então é claro que ele não sabe do que está falando. Não sabe do que está falando, não sabe quem é – ele está como aquele caipira que bateu a cabeça: “*Doncovim? Oncotô? Poncovô?*” Como é que eu posso discutir uma coisa dessas? Eu só posso diagnosticar o mal estado em que o sujeito está. Isso eu posso fazer; mas eu não estou falando *com ele*, não estou discutindo *com ele* – estou mostrando para os outros: “Tá vendo como ele tá maluco?” Pode então haver uma discussão clínica entre observadores, como na faculdade de medicina – o Charcot examina a histeria e mostra como ela é maluca. Ele não está discutindo com ela, mas com os alunos.

Essas pessoas não têm sequer unidade de consciência suficiente para poder saber de que experiência

elas estão falando e qual é o julgamento que elas fazem efetivamente. De onde aparece a impressão de unidade? Aparece assim: eles pegam meia dúzia de cacoetes, de estereótipos, de slogans imantados de valores, e a fragmentariedade da mente deles aparece disfarçada embaixo da unidade desse conjunto de estereótipos, que é repetido por todo mundo e que parece coerente. É um negócio eminentemente patológico. O sujeito não tem nem mais consciência de “eu”, mas repete um texto que tem uma certa unidade, porque os outros repetiram e disseram coisa igual.

Se isso não é loucura, eu não sei o que é. Pra mim é loucura, sim. Loucura, não no sentido metafórico: loucura no sentido estrito. Acontece que isso virou instituição, todo mundo fala assim – no Brasil, mais do que em qualquer outro lugar do mundo. Aqui nos Estados Unidos tem um coeficiente disso também mas, em geral, não é isso. Quando as pessoas aqui dão uma opinião errada, ela é uma opinião errada. Agora, isso que o Alberto Dines fez aí não é uma opinião errada: é um absurdo completo, um peido verbal; é um sintoma psicótico apenas.

Pior é quando um sujeito desses diz: “É que você tem opinião contrária, você está divergindo da minha opinião” Eu digo: “Você está se dando uma honra que você não tem. Está achando que eu divergi de você? Como? Eu não divergi, não; eu só provei que você não pensou nada, e, se não pensou nada, você não tem opinião nenhuma: tem apenas uma reação emotiva que, por ser similar a dos seus colegas, lhe parece significar alguma coisa. Mas você não está falando de nada: quando você fala de democracia, você não está falando de alguma coisa reconhecível no mundo exterior; está usando um emblema, que é idêntico ao emblema dos seus colegas. Você está dizendo: 'Olha como eu sou bonzinho, como os meus colegas são bonzinhos e os outros são malvadinhos.' É isso o que você está fazendo. Se você quer se achar bonito, bom, você está no seu direito. Até o Michael Jackson acha que ele é bonito, porque é que o Alberto Dines ou qualquer outro não poderia achar? É um cara que, se você vê no meio da rua, morre de medo, fica sem dormir uma semana. Mas ele acha que é bonito, então... Não tem os caras que usam piercing com um osso atravessado no nariz? Penduram umas correntes nos mamilos e acham que estão lindos. Eu fico assustado, mas se ele quer achar que é bonito, ache, ué – mas eu não tenho nada a ver com isso. Tudo o que esses caras estão querendo é aprovação social. Então, eu faço um acordo: “Olha, eu digo que você é bonito e bacana, contanto que você não fale mais nada. Fique quieto e eu digo que você é legal, tá bom?”

Aluno: Há alguma contra-indicação a que cada aluno faça as lições do “Gramática Latina” de acordo com seu próprio ritmo, ou devemos aguardar que as lições sejam indicadas?

Olavo: Não, faça do jeito que você achar melhor. Esse livro, o *Gramática Latina*, não foi dado a vocês sequer para aprender latim. Se você, quando terminar o livro, não souber nada de latim, mas souber as estruturas gramaticais que ele está ensinando, você saberá muita coisa. Eu confesso para vocês o seguinte: eu só fui estudar Português aos trinta e oito anos. Eu abri uma gramática portuguesa com trinta e oito anos. E eu, com quinze, escrevia perfeitamente, sem nenhum erro de gramática. Fui trabalhar como jornalista profissional aos dezessete e todo mundo dizia que eu escrevia corretamente – eu aprendi aqui, no *Gramática Latina*. Eu não estudei português; estudei latim. Eu sabia montar as frases; sabia o que era uma frase, e é isso o que vocês vão aprender aqui.

Dante dizia que a gramática é a construção *material* do pensamento. A lógica é a construção *ideal* do pensamento (ou seja, a que conceitos ele corresponde) – se você não tem idéia da construção material, muito menos terá da sintaxe lógica da coisa. A retórica é a construção *psicológica*: a adaptação daquilo à situação real de comunicação.

Note que nenhum desses três nos dá o conteúdo objetivo da linguagem: um fala da construção material; o outro, das conexões ideais; o terceiro, da situação de discurso, situação de comunicação. Nenhum desses três pode nos ensinar a conectar pensamentos e realidade – isso é a técnica filosófica propriamente dita.

É claro que aqui nós vamos ver as três matérias do Trivium. Começamos a primeira. Como não tem nenhuma gramática portuguesa que preste... Nem a do próprio Napoleão Mendes de Almeida é tão boa. Ele não conseguiu esse nível de clareza na chamada *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. Para estudar qualquer língua, comece com o *Gramática Latina*, do Napoleão Mendes de Almeida. Não há no mundo nada parecido com isso. Se é pra alguém se orgulhar de grandes feitos nacionais, tá aqui, o sujeito fez a melhor gramática latina que existe no mundo. Alguém perguntou se podia usar a Gramática do Puppo-Ravizza. A gramática dele é muito boa, ela ensina latim, mas não dá essa armadura da inteligência como esse sujeito dá aqui.

O Napoleão é um benemérito. Você pode não aprender latim, mas sairá mais inteligente do que entrou. É como neste curso aqui: mesmo que você possa não aprender nada de filosofia, vai sair muito mais inteligente do que entrou, porque a inteligência é despertada por essas coisas, por essa rememoração do ato de consciência – consciência, a consciência da consciência, e assim por diante – e vai iluminando, vai iluminando, quer dizer, é uma luz que se ilumina a si própria e se multiplica. É este o efeito que nós temos que gerar aqui, e que cada um de vocês tem de gerar em vocês mesmos.

Aluno: Quando você passou esse exercício, confesso que fiquei com preguiça, pois eu teria de mexer numas tábuas da minha mente que pareciam muito bem empilhadas e que poderiam ficar assim por muito tempo. Escrevi o necrológio e enviei relatando uma vida de sossego que eu teria após passar a vida inteira estudando e aprendendo, só preocupada em repassar aos meus filhos aquilo que eu soubesse. Depois fiquei pensando no que tinha escrito e me perguntei: fui sincera? Percebi um tom artificial no meu necrológio (...)

Olavo: Ah, tá, muito bem! Ótimo! Excelente! Por isso você vai ter de fazer várias vezes e falar: não acertei a mão, esse cara que eu pus aí não sou eu.

Aluna: (...) tive de encarar o fato de que, na verdade, a vida que eu quero ter, que acredito que vá se realizar, me trará muito pouco sossego.

Olavo: É, às vezes acontece isso. Hoje, que estou com sessenta e um anos, eu estou fazendo exatamente o que planejei fazer quando eu era adolescente. Se tem um sujeito que chegou a ser exatamente o que ele queria chegar a ser, sou eu. [01:20] Deu certo. Só que as circunstâncias foram tão monstruosamente diferentes do que eu imaginava! Por exemplo, eu imaginava: “Vou levar uma vida de erudito, pacata, desses caras que ficam lá no meio dos livros dele, só.” Meu Deus do céu, aconteceu tudo o que não devia. É uma confusão dos diabos, correria, dívidas, inimigos, ameaças de morte, ter de mudar de casa pros caras não matarem a gente, uma confusão dos diabos. E no entanto eu estou aqui fazendo exatamente o que tinha planejado fazer. Isso quer dizer que, quando eu me imaginava como uma espécie de erudito europeu dos anos 20, eu estava mentindo, porque eu sabia que não estava num meio propício àquilo. Então eu disse: “Muito bem, isto aqui é só um pedaço. Na verdade, eu tenho de ser isso não em abstrato, mas *nessa* circunstância concreta. Então eu tenho de ser uma outra coisa; vou ter de inventar um outro negócio.” E você vai ter de fazer a mesma coisa.

Se você sente que há uma insinceridade no seu necrológio, é porque você inventou uma vida que é só

ideal, inventou só o pedaço ideal; você não está fazendo o que o Ortega y Gasset dizia: não está “reabsorvendo as circunstâncias”. Por exemplo, eu acertei a mão na arte de escrever depois dos quarenta anos, porque eu percebi que eu jamais me sentiria bem num estilo puramente acadêmico. Por quê? Porque eu odiava a instituição acadêmica, pelo menos como ela estava no Brasil. Eu pensei: “Se eu escrever do jeito que esse pessoal da USP escreve, eu vou querer meter uma bala na cabeça.” Eu via ali a Marilena Chauí, o Gianotti, e via que aquilo era o contra-exemplo, era horroroso, uma coisa de um artificialismo e de um pedantismo absolutamente sufocante. Eu não podia fazer isso jamais. Então eu percebi que teria de misturar, porque os termos filosóficos todos já estavam mais ou menos carregados dessa atmosfera um pouco uspiana.. Então, o que a gente faz? A gente mete uns palavrões no meio, esculhamba com tudo aquilo.

Também tem o seguinte: na minha vida, eu jamais escreverei uma tese acadêmica – nunca! –, porque eu sou capaz de fazer uma coisa um bilhão de vezes melhor. Dentro de um livro meu tem quatro ou cinco teses acadêmicas embutidas, variações, elementos de ficção, elementos de memória, tudo arrumadinho. Então, eu não vou consentir em escrever mal para agradar pedantes semi-analfabetos, não vou fazer isso. Eu tive de seguir o meu próprio trajeto, adaptando-o às circunstâncias.

Por exemplo, a resistência brasileira aos estudos é uma coisa terrível. Você quer ser um homem de estudos num lugar onde ninguém está ligando pra isso. Eu pensei: “Bom, essa resistência deve ter alguma utilidade – para que ela serve? Ela serve, por exemplo, como antagonismo. Então, esta aí um dos meus antagonistas: essa não só indolência, mas esse ódio brasileiro ao conhecimento. É esse aí o meu inimigo, é esse que eu vou atacar. Então eu tenho de fazer as coisas num estilo que acerte o inimigo onde dói; que o faça cair de joelhos.” E eu tenho feito exatamente isso.

Agora, você imagine, por exemplo, dentro da carreira do Eric Voegelin – você tira ele da faculdade da Áustria e o coloca para falar no meio de um bando de analfabetos. Ele teria de levar outra vida, completamente diferente; do mesmo modo que, se me pegassem e dissessem: “Agora vamos botar você lá na Universidade de Viena dos anos 20”, eu teria de levar outra vida, e não essa que eu levei.

Então, é isso: a reabsorção das circunstâncias. Você tem o seu plano, o seu objetivo, mas, num primeiro momento, ele é um pouco estereotipado, um pouco falso, porque só existe vida verdadeira *na circunstância verdadeira*. O seu ideal só adquire consistência e respeitabilidade na medida em que ele se encarna nas circunstâncias concretas e as vence, absorvendo o que está ali, puxando energia do antagonismo, ou da estranheza, ou da heterogeneidade.

Aluna: (...) acabei confrontando muitas pessoas. Não vejo como conciliar o saber as coisas e o ficar parado, sem escrever, sem falar, sem tentar abrir os olhos daqueles que falam comigo e repetem aquele discurso horroroso que era o meu, há não muito tempo.

Olavo: Mas é exatamente! É aí que você está, é neste meio que você está: dos caras que ficam repetindo as besteiras que você falava antes. Só que tem uma diferença: você quer ir adiante, quer aprender, quer ser gente, e eles não. Eles já pegaram o seu modelito e, baseados na idéia de “apoio grupal”, encontraram um monte de gente que fala igual a eles e se reconhecem: “Como nós somos bacanas! Quem é diferente de nós é feio, é quadrado, é besta, é reacionário, é fundamentalista, é extremista de direita” – é qualquer porcaria que eles inventem. Só que tudo isso é ilusão. O apoio grupal é uma verdadeira merda, porque ele só vale enquanto vigora aquele grupo. Depois, você troca de amigos, e o que acontece? Aquilo tudo foi para o brejo.

E tem outra coisa: esses grupos de amigos vendem muito caro o apoio deles. Eles exigem que você se humilhe, exigem que você seja bonzinho. E o que eles vão te dar em troca? Experimente pedir um dinheiro emprestado a um deles e você vai ver que a amizade acaba na mesma hora. Amigo que é amigo não é assim. Amigo é aquele que te socorre na hora que você precisa – não é aquele que se reúne para a festinha e fica falando as mesmas coisas, não. Sabe, essas rodinhas de violão? No orkut tem até a comunidade “Odeio rodinhas de violão.” Tô nessa! Odeio essas coisas.

Aluna: (...) tenho vinte e quatro anos e não fiz nada ainda.

Olavo: Ora, ora, peraí. Claro que não fez nada! Se você fizer alguma coisa até os vinte e quatro anos você está liquidada, fica que nem o Rimbaud: escreve aqueles poemas maravilhosos e diz: “Bom, agora minha vida acabou, vou fazer o quê?” Passou o resto da vida como contrabandista de armas. É melhor fazer aos setenta, oitenta.

Aluna: (...) Nem me sinto pronta para fazer.

Olavo: É claro que não.

Aluna: (...) Tenho certeza de que o curso de filosofia, junto com meu esforço pessoal no sentido de viver uma vida cristã, me dará a força necessária para que eu viva meu necrológio (...)

Olavo: Mas sem sombra de dúvidas, você vai conseguir. Você tem sinceridade, não está pra brincadeira, é isso aí que tem de fazer.

Aluno: Como é que eu adquiero o livro Gramática Latina, de Napoleão Mendes de Almeida, aqui nos Estados Unidos?

Olavo: Agüente uns meses, que eu vou mandar vir um pacote desses livros do Napoleão para quem está aqui. Vou encomendar uns dez, quinze. Mais tarde eu dou notícias sobre isso a vocês.

Aluno: E quando o artista está poluído por uma cultura rasteira como no nosso país atual?

Olavo: Você está perdido.

Aluno: (...) Ou quando é mal intencionado, como Michael Moore?

Olavo: Aí quem está perdido são os outros.

Aluno: (...) a imaginação não é aí levada para o mau caminho?

Olavo: Mas sem sombra de dúvida. Esse é o grande problema que vocês têm aí – e eu tive durante minha vida inteira. Aqui nos Estados Unidos a coisa é um pouco mais humana, mas aí o negócio é brabo, gente. É brabo, porque é o seguinte: você veja que as preocupações de ordem moral são totalmente ausentes da vida brasileira. A pessoa só fala em moral quando é pra falar mal de político, e geralmente pelo seguinte: “O sujeito roubou um dinheirão e não me deu nem um pouquinho, eu fico indignado.” Como dizia um colega meu, o Carlinhos Brickmann: “Onde está esse mar de lama que jamais nos respinga?” Não é maravilhoso? O pessoal fica indignado porque não levou nada... todo mundo se locupletando lá no mensalão... Ética aí é coisa só para cobrar de político, ou para falar mal de

quem é mais rico do que você.

Mas, veja, ética e moral não consistem em você julgar os outros [01:30]; consistem em você querer fazer a coisa certa, e só julgar os outros quando você é obrigado a fazê-lo. Se quer me deixar louco da vida, chegue para mim para falar mal de alguém. Eu não agüento isso nem dois minutos, eu digo: “Escuta, o que eu tenho a ver com isso? Eu sou juiz dele? Eu sou o pai dele? Eu vou poder fazer alguma coisa para melhorar o cara? Não. Então não quero saber das más qualidades dele!” Agora, outra coisa é se o sujeito te trazer um problema, pessoalmente ou profissionalmente. Por exemplo, se eu sou um comentarista político, então minha obrigação profissional é falar da opinião dos outros. Fora isso, não precisa ter opinião.

Essa moral rasteira do Brasil é uma coisa terrível. Todo mundo é ensinado a ser mesquinho. Até as mais altas ambições do espírito humano, no Brasil são pisoteadas – e não é nem em troca de dinheiro. Se você vai, por exemplo, vender a alma para o diabo... Bom, tem de vender caro. Mas o sujeito vende em troca de um empreguinho no Banco do Brasil. Em troca de uma promessa de falsa segurança. É um negócio amesquinhante. Isso aí você não pode aceitar jamais. Simplesmente, eu digo: não aceite a companhia de pessoas assim. Fique sozinho, você encontrará pessoas melhores com o tempo. Mande à merda, sem brincadeira.

Agora, e se for sua família? Não mande ninguém à merda, respeite seu pai e sua mãe. Mas faça como Abraão: eu respeito meu pai e minha mãe, por isso mesmo eles ficam lá e eu fico aqui. Se não dá para ter uma convivência mais elevada, mantenha uma distância respeitosa. Jamais brigue com pai e mãe – isso dá um azar!, escute o que eu estou falando. Sobretudo com mãe. Não brigue com a sua mãe, que dá um azar desgraçado. Sua mãe vai dentro de você: aonde você vai, ela está indo junto. Você xinga sua mãe, está xingando você mesmo. De pai e mãe, só abra a boca para falar bem. Não importa quem eles sejam. “Ah! Mas meu pai me abandonou, engravidou minha mãe e fugiu...” Bom, mas alguma coisa por você ele fez. É um mérito.

Você tem razão, a imaginação aí é levada para o lado amesquinhante, porque as possibilidades de vida no Brasil, que estão no nosso imaginário, são todas pequenas e mesquinhinhas. Você olha para a nossa literatura e vê como os grandes elementos de santidade, heroísmo, de grandes dramas do espírito, estão totalmente ausentes. Um amigo meu, embaixador Jerônimo Oscar, dizia que os problemas na literatura brasileira são assim: “Ele usou minha escova de dente, ele me roubou minha cueca.” Não entre nisso, gente. Você não precisa ser tão pequeno assim. A noção de pequenez que a sociedade brasileira transmite para as pessoas é uma coisa acachapante. E, pior que isso, cultiva-se essa pequenez como se fosse esperteza (quando na verdade não é).

No Brasil, o que eles chamam de realismo é um pessimismo depressivo que leva o sujeito para o hospício. Então, isso não é realismo. Realismo é ver as coisas como elas são. Ora, quem é você? Por enquanto, o que você sabe de você é que você tem essa meta – você quer ser assim, assim, assim. Se você não conseguir ser este, não vai ser nada mais. Você sabe o que você quer ser e sabe mais ou menos o ambiente em que você está. A equação está dada aí. O resto é a sua luta para você chegar a ser quem você quer ser. E esse que você quer ser – preste atenção, sobretudo se você é religioso – é que vai falar com Deus; não é nenhum dos outros, não são as suas outras partes. É só essa parte mais alta que fala com Deus. Deus não quer olhar o que está abaixo disso. Ele sabe perfeitamente toda merda que está aí, mas não é isso que Lhe interessa.

Aluno: O Croce critica o conceito do Borges sobre a poesia como expressão de impressões. (...)

Olavo: Eu não li isso, mas eu tenho a obra completa do Borges. Prometo que vou ler e depois te digo alguma coisa. O assunto é interessante. Discutir com Benedetto Croce dá gosto. Tem um monte de coisa deles que eu não concordo, que eu acho errado, mas este é um homem que conhece a técnica filosófica como poucos. Aí sim dá para discutir.

Aluno: (...) O que o senhor acha da coleção Maigret, do Simenon?

Olavo: Acho uma maravilha, li todos que eu podia. Queria eu escrever como aquele sujeito. Aquilo é de uma sutileza, porque o Maigret é o contrário do Sherlock Holmes. O Sherlock Holmes vai pelos indícios materiais, pela coisa científica, pela química etc. E o Maigret só vai pela impressão pessoal, o negócio é puramente psicológico, ele entende a alma humana. O Maigret às vezes me lembra o Doutor Müller, porque ele tem muita piedade das pessoas, sofre com o destino das pessoas. Ele tem dó das vítimas, tem dó dos criminosos, tem dó dos colegas dele. E é justamente essa bondade que é o seu instrumento de compreensão. Eu acho uma maravilha. Do ponto de vista moral, eu acho um exemplo.

Aluno: A imaginação diminui o hiato entre a universalidade dos fatos específicos da realidade. E a criatividade?

Olavo: É a mesmíssima coisa. Criatividade é fantasia, no sentido aristotélico. Fantasia criativa ou fantasia memorativa.

Aluno: (...) Ela estabelece alguma instância desse processo ou é um componente resultante?

Olavo: Não, ela não é um componente resultante: ela é a mesma coisa. Criatividade é fantasia – só que ela tem de juntar a fantasia criativa com a fantasia memorativa, porque, se você tem grandes idéias, mas as esquece, você não pode realizá-las. Então, o que é o ato de criação? É repetir a coisa na memória, em fórmulas cada vez mais concretas e mais duráveis: você vai passando da fluidez (daquela memória que é um fluxo de imagens) e estabiliza algumas (que podem ser bastante complexas e ter um movimento interno). Você vai repetindo e, depois, aquilo vai adquirindo uma forma em palavras, em imagens etc., até fixar. Aí a criatividade é a própria fantasia de que fala Aristóteles. Não é nenhuma resultante, nem algo que colabore: é a própria coisa.

Aluno: Você diz que devemos encher nossa mente, nossa imagem mental, de substâncias possíveis, com a leitura ficcional. Não seria possível obter tal substância com livros teóricos?

Olavo: Claro que é possível, mas leia bastante ficção primeiro e depois leia bastante livros de História. O problema com a História é que ninguém sabe a História completa; você fica sabendo apenas os documentos externos que atestam a coisa. Há episódios, capítulos inteiros, que têm de ficar subentendidos – diferentemente da ficção. Na ficção, você pode imaginar o que o personagem estava pensando; mas, na História, como é que eu vou saber o que Napoleão Bonaparte estava pensando no meio da batalha de Waterloo? Não dá para saber; eu vou ter de completar o trabalho de fantasia que o historiador por si não pode fazer.

Se bem que, nos últimos anos, alguns têm aprimorado como usar esse recurso de ficção. Mas o recurso de ficção tem de ser controlado pela documentação. É uma coisa extremamente difícil. A História é um gênero maravilhoso, mas um livro de História jamais vai te dar aquela dramaticidade clara dos livros de ficção e das peças de teatro, porque você não tem todos os elementos do drama – só tem aqueles

documentados. A margem que um historiador pode fantasiar é relativamente pequena. Ele pode fazer isso, mas tem de ser uma fantasia controlada. A do ficcionista é controlada, também, mas é controlada apenas pela forma interna da narrativa que ele propôs; a do historiador é controlada pela forma interna, por um lado, mas, por outro lado, pela documentação, e eses dois lados apresentam uma tensão. Às vezes você equaciona o drama - “Ah, é disso que se trata, é isso que estava acontecendo” –, mas daí aparece um documento mostrando que não era nada daquilo e bagunça tudo.

Em História você sempre tem de estar preparado para as surpresas mais assombrosas. Por exemplo, eu passei a minha vida inteira ouvindo que a Renascença filosófica dos séculos XII e XIII foi causada pelas traduções árabes; aquela história de que os europeus tinham esquecido os clássicos gregos, não sabiam mais nada de Aristóteles, de Platão etc., e aí alguém pegou essas obras, lá daqueles eruditíssimos países muçulmanos, e as traduziu do árabe para o latim (tinham sido traduzidas do grego para o siríaco, e do siríaco para o árabe). Acabei de descobrir que isso é mentira, não foi nada disso. Estava tudo traduzido no Ocidente, pelos monges da abadia de Saint-Michel. O aporte islâmico à Renascença dos séculos XII e XIII é nada! Zero, zero absoluto. Pior: falar “aporte islâmico” dá confusão, porque, nas partes árabes do mundo, metade era cristão. Se você fizer a lista dos caras que contribuíram, fizeram as traduções e trouxeram para o Ocidente, vai ver que eram cristãos, e não muçulmanos. Aí se demonstrou que a cultura européia tinha muito mais autonomia, muito mais gás do que se imaginava antes. Mas isso é uma descoberta relativamente recente. Eu nunca esperei descobrir isso na minha vida. Até quando eu dei o curso História da Filosofia (no qual, aliás, eu acabei não me estendendo muito sobre a filosofia islâmica, como eu queria), eu ainda tinha essa idéia. Depois, caí do burro, não era nada disso. Você sempre tem de sempre estar preparado para um negócio que não é nada do jeito que você pensou.

Mas você não tirará todo o proveito desse exercício, se não tiver a prática da ficção – porque na ficção pode acontecer o inesperado, mas é inesperado para você, não para o autor do livro. Quer dizer, os elementos do drama ficcional estão todos lá dentro do livro, não tem nada externo. Claro, há as referências históricas, de lugares etc., mas, em princípio, todos os elementos componentes da obra estão ali. Em História, eles nunca estão ali. Não há nenhum livro de História que tenha encerrado o assunto – nenhum!

Além disso, mais tarde, quando nós formos investigar a questão das relações entre a obra ficcional e as obras filosóficas – nós vamos analisar isso aí à luz da Teoria dos Quatro Discursos –, vocês vão ver que em filosofia não existe “obra”. Em filosofia só existe obra incompleta. Toda e qualquer obra filosófica escrita tem um *antes* e um *depois*, que não está escrito. O que um filósofo consegue escrever, daquilo que ele pôde refletir, é muito pouco, muito pouco. A história, por exemplo, dos ensinamentos não escritos de Platão: todo filósofo tem um ensinamento não escrito, que é muito maior do que o seu escrito, e que você vai ter de completar, imaginariamente. Agora, você não pode dizer a mesma coisa de Shakespeare. Por exemplo, o que é a filosofia de Hegel? É tudo o que ele escreveu e tudo o mais que ele precisou pensar, compreender e imaginar para poder escrever aquilo. Agora, o que é a obra de Shakespeare? São os livros de Shakespeare – não tem mais nada; você não precisa saber mais nada para entender aquilo.

A obra literária tende a ser uma coisa fechada, acabada, e que tem de ser julgada como tal. Mas a obra filosófica, não. Uma palavra que o filósofo diz, vinte anos depois de ter publicado um livro, pode modificar completamente o entendimento que você tinha daquele livro. Então, a filosofia é uma atividade que está continuamente se refazendo, ela nunca acaba – e vai passando a bola de um para outro, para outro, para outro... Não existe “obra filosófica escrita”, no sentido em que existe a obra

literária. Às vezes um sujeito que tem mais facilidade para escrever (que escreve maravilhosamente bem, muito claro) não precisa ser necessariamente o maior dos filósofos. Por exemplo, o Henri Bergson escreve que é uma coisa incrível. Até um jumento entende, aquilo está claríssimo. Só que ele teve duas idéias na vida, isso é tudo. São idéias muito valiosas, mas só são duas.

Agora, um monstro como Mário Ferreira dos Santos, ou como Leibiniz, que praticamente deu contribuição em todos os ramos do conhecimento possíveis e imagináveis. Leibiniz às vezes escreve muito claro; às vezes muito obscuro. O nosso Mário Ferreira é sempre obscuro – não porque não soubesse escrever, mas por pressa. Acho que ele sabia que ia morrer, tinha doença cardíaca muito séria. Ouvindo as gravações das aulas que ele dava, você percebe que, com a minha idade, ele só balbuciava. Ele sabia que ia morrer logo e tinha de escrever aquilo do jeito que fosse. No entanto, a riqueza do que tem no fundo daquilo não dá nem para comparar – precisa de duzentos Henri Bergson para se comparar com ele.

Aluno: O senhor acredita que as discussões no Brasil viraram um debate entre a ciência leiga e a ignorância diplomada? Tem exceção à regra?

Olavo: Tem na internet; nos jornais, na televisão, não tem. Na universidade pode ter um ou dois – sempre tem pessoas de valor ali (são as pessoas mais obscuras do meio universitário). Pode ter exceções, mas eu não sei onde elas estão. Agora, mesmo que tenha exceções, o Brasil não é hoje o que foi cinquenta anos atrás. O Brasil teve vida cultural de altíssimo nível, discussões públicas importantíssimas. Agora já acabou tudo.

Aluno: Da outra vez que você passou esse exercício a respeito do trecho do Louis Lavelle, o texto veio acompanhado de todo um roteiro de meditação...

Olavo: Ah, sim! Da primeira vez que eu passei esse trecho do Louis Lavelle, eu dei algumas perguntas para meditação. Eu vou dar, mas na próxima aula eu vou fazer isso. Por enquanto, vocês só pensem nisso e articulem um exercício com o outro, no sentido de que você fazer este necrológio é um convite a que você se coloque neste nível de posse da sua vida – posse momentânea, imaginária, claro. Mas é alguma coisa.

Farei o possível para que as aulas se tornem semanais. Por enquanto, não estamos conseguindo, mas vamos conseguir. É dia 18 a próxima aula, às 17 horas, horário de Brasília. Muito obrigado a todos e até à próxima.

Transcrição realizada por: André Couto, Hélio Angotti-Neto, Mariana Ramos Leandro, Rodrigo Dubal, Marcelo Hamnickel, Juliana Rodrigues.

Revisão realizada por: Marcelo Hamnickel e Marcela Andrade.